

MATERIAL DIDÁTICO COMO PRÁTICA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO BÁSICO

Ana Paula Santos da Silva¹, Aurea Messias De Jesus², Carla Rejane Pereira Gouveia³ Kacielle Cristina Valadão⁴

¹Universidade Federal de Uberlândia/Programa de Pós-Graduação de Ensino de Ciências e Matemática-(PG)*

²Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba/Curso de Engenharia Elétrica (PQ)

^{3,4}Centro Universitário Leonardo da Vinci – uniasselvi/Curso de graduação em Educação Especial (DI)

¹anapaulasantosdasilvabio@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem como tema o material didático como prática inclusiva na Educação Especial, que foi motivado pela complexidade de se efetivar o processo de inclusão na sala de aula da Educação Especial. O objetivo foi avaliar as contribuições do material didático como prática inclusiva na educação especial de uma escola filantrópica. O procedimento metodológico foi pesquisa de campo. O cenário foi em uma escola filantrópica do município de Canápolis-MG. A coleta de dados, o instrumento utilizado foi dois roteiros de observação e o próprio material didático. Constatou que além da matemática, o material também promoveu aspectos sociais e de inclusão, como a socialização, colaboração, atenção, memória, interpretação da escrita, mediação, coordenação motora grossa e fina. Contudo, pode-se concluir que os materiais didáticos desenvolvidos obtiveram bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem de matemática e principalmente no processo de inclusão na sala de aula.

Palavras-chave: Matemática. Educação Inclusiva. Prática Inclusiva.

Introdução

Material didático é todo objeto e recurso didático usado de forma organizada no processo ensino e aprendizagem (BANDEIRA, 2009). Essa ferramenta pedagógica é fundamental na orientação e auxílio na internalização dos conceitos dos conteúdos, no planejamento do professor na sala de aula (CANDIDO et al. 2012).

O livro foi o primeiro material utilizado na orientação e auxílio dos alunos. Atualmente, existe uma grande diversidade de materiais utilizados e desenvolvidos por diversos autores descritos por (BANDEIRA, 2009; FREITAS, SILVA e MONTEIRO, 2018; MONTEIRO, SILVA e FREITAS, 2018; MACEDO, 2019), na

REALIZAÇÃO

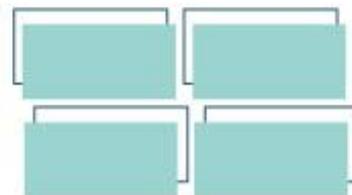
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



tentativa do processo de ensino e aprendizagem, mas poucos são pensados para a Educação Inclusiva, processo que vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil. A inclusão no espaço escolar, tem o papel de envolver todos os alunos de um determinado espaço formal ou não formal, em todas as atividades oferecidas pelo docente.

Dessa forma, esse trabalho se justifica, pela complexidade de se efetivar o processo de inclusão na sala de aula da Educação Especial. Mesmo amparada por legislação política pública educacionais, infelizmente, esse processo é um desafio diário porque envolve outros aspectos fundamentais como a diversidade, individualidade dos alunos, cooperação dos responsáveis, colaboração da gestão escolar e repensar as práticas educativas.

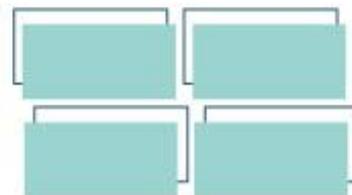
Partindo dessa explanação, este trabalho levanta o seguinte problema: Quais as contribuições do material didático como prática inclusiva na educação especial? Partindo dessa problematização, o objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar as contribuições do material didático como prática inclusiva na Educação Especial de uma escola filantrópica do município de Canápolis-MG.

Material e Métodos

A análise dos dados obtidos foi de natureza qualitativa. Os objetos de uma pesquisa qualitativa na área educacional são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, locais educativos. O procedimento metodológico utilizado nesse projeto foi pesquisa de campo descrita por Tozone-Reis (2009), em que o pesquisador pessoalmente vai à realidade estudada e coleta diretamente os dados. O objetivo da pesquisa de campo é identificar os fenômenos no mundo natural sem que o pesquisador tenha qualquer controle sobre as variáveis.

O cenário da pesquisa foi em uma escola pública do estado de Minas Gerais de Educação Básica, na cidade de Canápolis - MG. Foram observados os alunos durante cinco aulas de uma turma do 4^a ano da Educação Especial, no período

REALIZAÇÃO



matutino, durante o segundo semestre do ano letivo de 2019. Os responsáveis do grupo participante foram informados sobre a aplicação desse trabalho, assegurando o direito em relação à participação e para resguardar a identidade dos participantes, os alunos foram nominados por uma sequência numérica de 1 a 9 (A1, A2, A3... A9).

O instrumento da pesquisa para coleta de dados utilizada foi um roteiro de observação. Essa técnica, a pesquisadora assume o papel de observadora sem nenhuma intervenção no fenômeno observado. Para Tozone-Reis (2009), descreve que a observação, na sala de aula, resultará nem uma reflexão mais aprofundada, no qual poderá se observado a postura, linguagem corporal e domínio do conteúdo e número de alunos por turma são aspectos que seriam analisados em uma observação investigativa.

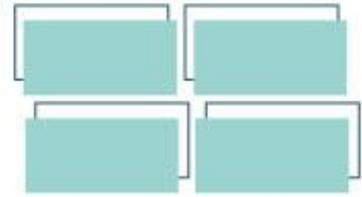
Resultados e Discussão

Observação das características de grupo de alunos

A turma do 4^a ano do ensino fundamental I é formada por nove alunos de nove a dez anos (tabela 01). Segundo laudo médico, o aluno A1, aluno A2 e o aluno A4, apresentam diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (DTAH). O DTAH é considerado um transtorno neurobiológico com características como hiperatividade, falta de atenção, agitação, desordem, amnésia, impulsividade e outras características associadas (BRASIL, 2012; CONFORTIN, 2015). No entanto, aluno A1 e A4, possuem padrão do tipo de DTAH hiperatividade e impulsividade. Tanto o aluno A1 como aluno A4, não conseguem ficar parados, ficar sentados em um lugar por muito tempo e estão habituados a ter um temperamento explosivo.

O aluno A2 possui padrão do tipo de DTAH desatento. Esse tipo de DTAH tem dificuldade para manter o foco por muito tempo, é facilmente distraído por estímulos externos. Apesar da ótima adaptação com colegas e na rotina da escola, sua

REALIZAÇÃO



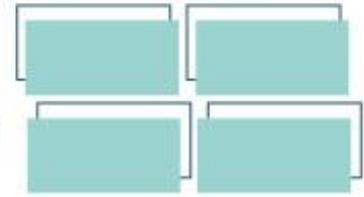
interação fica retraída chegando a chorar quando algum colega faz comentários ou brincadeiras negativas. No geral, ele não consegue solicitar ajuda a professora, sendo necessária a intervenção dos colegas e da própria professora para solução do problema.

De acordo com o laudo médico, os alunos A3, A5 e A8, são diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por uma deficiência significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social e ausência de reciprocidade social (BRASIL, 2012).

No entanto, os alunos A3 e A5, possuem padrões semelhantes do transtorno. Ambos apresentam o TEA do tipo Transtorno Autista (TA), considerada um tipo clássico com dificuldades no contato direto com os olhos, na interação na sala de aula e com nenhum interesse em interagir com outros alunos, quando incentivado a participar das atividades, apresentam respostas atípicas, mas apresentam alto interesse por som em geral e comportamento estereotipados muito alto (COSTA, 2016). Já a aluna A8, possuem padrões diferentes do transtorno, apresenta o TEA do tipo Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), considerada uma fase intermediária com dificuldades para iniciar a interação na sala de aula e tem pouco interesse em interagir com outros alunos, quando incentivado a participar das atividades, apresentam respostas atípicas a interações sociais. Em geral, apresenta baixa tolerância ao som em geral e comportamento estereotipados muito baixo.

A aluna A6, é diagnosticada com Síndrome de Down, que consiste em um acidente genético causado na divisão cromossômica anormal do cromossomo 21 (FERREIRA, 2003). A aluna A6 apresenta característica facial distinta da síndrome, deficiência intelectual, atrasos no desenvolvimento cognitivo. Sua capacidade linguística é reduzida, se irrita com facilidade com barulho e ruídos dos outros alunos, ou seja, apresenta uma personalidade controladora.

A aluna A7, é diagnosticada com Paralisia Cerebral Infantil (PCI), que consiste em um grupo de características relacionado a coordenação motora, a



movimentação, rigidez muscular (espasticidade). Ela resulta de diferentes causas, sendo que, as mais comuns é a falta de oxigênio, defeito no cordão umbilical, infecções, hemorragia cerebral e acidentes podem levar à paralisia cerebral infantil durante a gestação, porém mais comum é durante o parto (COSTA, 2016). Além disso, a aluna A7 apresenta deficiência intelectual, baixa imunidade, compreende bem, mas tem perca significativa na articulação da fala. Sua coordenação motora, tanto a grossa como a fina é bastante limitada, no qual, tem controle parcial de tronco conseguindo ficar sentado por determinado tempo com apoio.

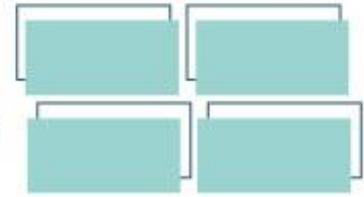
A aluna A9 é diagnosticada com Síndrome de Cornélia de Lange (CDLS). Essa síndrome também é conhecida como Síndrome de Brachmann de Lange ou ainda nanismo de Amsterdam, trata-se de alterações genéticas, mutações espontâneas em cinco cromossomos autossômicos, que pode resultar em várias anomalias graves do desenvolvimento geral (COELHO, 2016). No geral, a aluna A9 apresenta deficiência intelectual grave, atraso severo na aprendizagem da leitura, escrita, pensamento e raciocínio, fala, foco e atenção. Apesar de não falar, consegue emitir através de sons, suas sensações de prazer, decepção, raiva, alegria, excitação frente a algumas situações.

Elaboração do material didático

Após o diagnóstico do grupo participante, foi selecionado aleatoriamente o conteúdo de matemática para produção do material didático para segunda etapa da pesquisa, no qual, foram adaptados de acordo com as limitações, dificuldades. O conteúdo contemplado de matemática foi grandezas e medidas de acordo com a unidade temática orientada pela Base Curricular Comum (BNCC). Ao observar o desempenho dos alunos em sala de aula, os mesmos foram agrupados de acordo com seus interesses, limitações e dificuldades apresentadas. Dessa forma, foi produzido o total de seis jogos diferentes que abordam as grandezas e medidas.

Jogo do agrupamento - Essa atividade foi desenvolvida para os alunos que apresenta DTAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (do tipo

REALIZAÇÃO



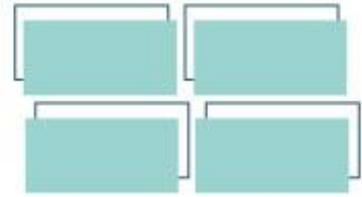
hiperativo e impulsivo). Nesse jogo, os objetos são formados por diferentes embalagens de produtos de limpeza, alimentício e de beleza. Todos os objetos foram misturados e jogados no chão da sala de aula e foram solicitados aos dois alunos para separar e agrupar os objetos de acordo com o seu peso e medida descrito na embalagem.

Sorteando as medidas - Esse material didático foi desenvolvido para o aluno que apresenta DTAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (do tipo desatento). Nesse jogo, os objetos são formados por um dado com medidas descritas em suas laterais, água colorida e embalagens transparentes. Para iniciar o jogo, o aluno deve jogar o dado, a medida que sair no dado, deve ser colocada a mesma medida em líquido dentro da embalagem transparente, assim o aluno deve realizar a atividade apenas com o apoio do professor para que aprenda a ter foco e atenção.

Jogo da comparação - Essa atividade foi desenvolvida para os alunos que apresentam TEA - Transtorno do Espectro Autista (clássico). Nesse jogo, os objetos são por diferentes embalagens de produtos de limpeza, alimentício e de beleza que apresentam medidas descritas. Como os alunos com TEA clássica são muito visuais e têm dificuldades do pensamento abstrato, eles devem apenas colocar as embalagens semelhantes juntas.

Jogo do dominó - Esse material didático foi desenvolvido para as alunas que apresentam Síndrome de Down (Clássica) e a outra apresenta TEA - Transtorno do Espectro Autista (tipo Transtorno Invasivo do Desenvolvimento). Tanto a aluna A6 e A8 apresentam as dificuldades e limitações semelhantes. Nesse jogo, as peças do dominó são de emborrachado (EVA) com medidas escritas nas peças. O jogo deve ser jogado em dupla, para iniciar o jogo, uma aluna deve apresentar uma peça e a outra deve colocar ao lado outra peça que apresente a mesma medida.

Jogo da memória - Esse material didático foi desenvolvido para a aluna que apresenta PCI - Paralisia Cerebral Infantil (Clássica). Esse jogo foi elaborado com figuras em um emborrachado (EVA) para facilitar o manuseio do material. O jogo



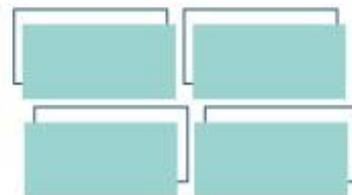
deve ser jogado individual, as peças do jogo devem estar com todas as peças viradas para baixo e a aluna deve virar uma de cada vez até formar o par de figuras.

Jogo da sequência - Esse material didático foi desenvolvido para a aluna que apresenta CDLS - Síndrome de Cornélio de Lange (Moderada). Nesse jogo, os objetos são por diferentes embalagens de produtos de limpeza, alimentício e de beleza que apresentam medidas descritas. Nesse jogo, a aluna deve colocar as embalagens uma ao lado da outra em uma sequência de acordo com o seu volume ou medida apresentada na embalagem. No caso da aluna A9, foi necessário solicitar para que colocasse as embalagens em uma ordem de acordo com o volume, pois a mesma apresenta dificuldade do pensamento abstrato e raciocínio lógico.

Na terceira etapa, os alunos se divertiram, eles demonstraram bastante entusiasmo no início do jogo, mesmo não sabendo jogar, eles tomaram a iniciativa, sem precisar do comando da educadora. Alguns conseguiram cumprir a tarefa do jogo com um pouco de dificuldade, precisando da orientação da educadora, mas ao longo das atividades mostravam-se familiarizados, realizando as próximas etapas sozinhos. Trabalho realizado por Marcedo, Leite e Vascelos (2013), tiveram resultado semelhante, no qual, o propósito do trabalho foi melhorar a concentração e a aprendizagem no tocante ao ensino da Matemática, com a utilização de jogos de duas crianças de 8 anos com DTAH, apresentariam um bom desempenho cognitivo.

Durante a aplicação do material, foi observado que facilitou a compreensão lógica da matemática mais rápida que o resultado de uma aula convencional. Pode-se citar como exemplo, o interesse que os alunos tiveram nos jogos aplicados com outros colegas, onde eles, quando finalizavam sua atividade, tiveram a curiosidade de participar dos demais. Durante a atividade, verbalizaram diversas vezes as massas e capacidades das embalagens e auxiliando o colega que apresentava dificuldades para verbalizar e jogar.

À medida que os alunos se ajudavam, ficou claro que eles compreenderam a medir, comparar e estimar massas e capacidades de embalagens de produtos locais, empregando unidades de medida padronizadas, valorizando e respeitando a cultura



local, habilidade trabalhada de acordo com as habilidades descritas na da BNCC (BRASIL, 2017).

Na avaliação não foi abordado apenas o conteúdo de Matemática, mas também de promover aspectos sociais e de inclusão, como a socialização, colaboração, atenção, memória, interpretação da escrita, planejamento de estratégia, mediação, coordenação motora grossa e fina, resultados que vão de encontro com os resultados de Freitas, Silva e Monteiro (2018), Monteiro, Silva e Freitas (2018). Pode-se citar como exemplo, ouve uma melhora significativa no contato físico e na interação colaborativa entre eles, sem se importarem com suas diferenças.

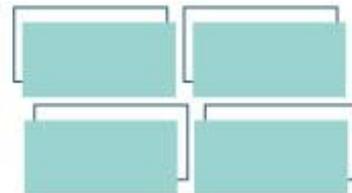
Outro aspecto alcançado foi à relação professor/aluno. Foi observado que ouve uma melhora significativa por meio do contato físico e troca de elogios. Dessa forma, os jogos fez o diferencial na aula de matemáticas. Esse instrumento adaptou-se a realidade da sala de aula, onde as crianças foram sujeitos ativos do processo de ensino/aprendizagem saindo do campo do lúdico para o concreto, criando para os alunos, um ambiente de interação, ao mesmo tempo auxiliou a ressignificação do conteúdo trabalhado.

Considerações Finais

No geral, o objetivo proposto foi atingido, no qual, os materiais didáticos obtiveram bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem e principalmente no processo de inclusão na sala de aula. Para melhor resultado, é notável que outros aspectos sejam associados aos materiais didáticos. Entre eles podemos citar atividades como momento cinema com histórias infantis, passeios na área verde da escola, competições saudáveis, escrita e verbalização são fundamentais para complementar e auxiliar o material didático.

Contudo, a necessidade de conhecer as características individuais e comportamentais das crianças (limites, suas dificuldades e especificidade descrita

REALIZAÇÃO



no laudo). No que diz respeito à família, é importante apoiar, compreender e autorizar esse contato, já que as avaliações psicoeducacionais e os diagnósticos clínicos auxiliam na condução do trabalho pedagógico. Elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para superar barreiras e possibilitar a plena participação dos alunos, na prática, é mais complexo do que imaginamos. Dentre os desafios no desenvolvimento dessa atividade, é a falta de recurso e apoio da equipe pedagógica. Infelizmente, sem apoio, o professor vai elaborar e adaptar o material dentro de suas possibilidades, que pode estar ajudando ou prejudicando no processo de inclusão e ensino e aprendizagem.

Referências

BANDEIRA, Denise. **Materiais didáticos**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. 498 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. 470 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Brasília: Casa Civil, 2015. 59p.

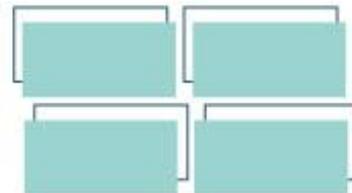
BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. 64 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. 19p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais**. Brasília, DF, 2006. 42 p.

COSTA, Fernanda Aparecida de Souza Corrêa. **Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: atividades lúdicas envolvendo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 121f. Dissertação (Programa De Pós-Graduação Em

REALIZAÇÃO



Docência para a Educação Básica). Faculdade de Ciências - Campus DE Bauru, 2015.

COSTA, Ana Paula Gurgel. **A inclusão de alunos com Paralisia Cerebral Infantil na escola: Reflexões sobre a prática em sala de aula.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

COELHO, Charlotte. A Síndrome De Cornelia De Lange. **Psicologia. PT**, 2016.

CONFORTIN, MAIA, M. Helena. TDAH e aprendizagem: um desafio para a educação. **Revista Perspectiva**, v. 39, n. 148, p. 73-84, 2015.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

Monteiro Rejo Levi; Silva, Ana Paula Santos; Freitas Maurício Barcelos de. "Materiais alternativos no ensino de ciências. **Anais...** In: IX Encontro Mineiro Sobre Investigação na Escola, 2018.

Freitas Maurício Barcelos de; Silva, Ana Paula Santos; Monteiro Rejo Levi. "Materiais alternativos no ensino de ciências. **Anais...** In: IX Encontro Mineiro Sobre Investigação na Escola, 2018.

MACEDO, Shirley da Silva; CORREA, Sávio Figueira; ROCHA, Melissa Mara Oliveira; MIRANDA, Rafaela Silva; PIRES, Vinícius Borges. Uso de material reciclado para a construção de material didático no ensino da matemática. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 3, p. 11, 2019.

MACÊDO DE SOUZA, Luciana Maria; LEITE, Bárbara Paula Bezerra; VASCONCELOS, Juscelândia Machado. A utilização de jogos matemáticos para crianças com tdah. **Anais...** In: IX Encontro Nacional de Educação Matemática. 2013.

Silva, Ana Paula Santos; Maurício Barcelos de; Monteiro Rejo Levi. Práticas pedagógicas para inclusão na perspectiva dos planos de aula do professor da educação básica. **Anais...** In: IX Encontro Mineiro Sobre Investigação na Escola, 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa.** Curitiba: IESDE Brasil, 2009.



Base Nacional Comum Curricular e Neotecnicismo Pedagógico: Construções Iniciais

Elson Marcolino da Silva¹ elsonmarcolino@gmail.com (PQ)

Docente da Universidade Estadual de Goiás – UEG¹

Resumo: No presente artigo apresentam-se os resultados parciais de uma investigação que se encontra em desenvolvimento desde agosto de 2019. Teve como problemática responder o seguinte questionamento: Em linhas gerais, será que há indícios da presença de pressupostos neotecnicistas na Base Nacional Comum Curricular? Trata-se de um estudo qualitativo, bibliográfico e documental. Definiu-se, como *corpus* da pesquisa, a BNCC (2017) que foi submetida à análise por meio da metodologia Análise de Conteúdo. Em linhas gerais, inferiu-se haver indícios da presença de pressupostos neotecnicistas na Base Nacional Comum Curricular, principalmente quando no documento define-se que a organização do trabalho pedagógico escolar deve pautar-se na noção de competências e de capacidades que a Educação Básica deve desenvolver nos estudantes ao longo da sua escolarização. No campo da educação escolar o desenvolvimento dessas competências, entre outras, se daria, pelo menos em tese, por meio do neotecnicismo pedagógico.

Palavras-chave: Competências. Educação. Currículo.

Introdução

O presente texto apresenta reflexões e resultados parciais de uma investigação que se encontra em desenvolvimento desde agosto de 2019 na qual se estuda a presença de pressupostos teórico-pedagógicos do neotecnicismo pedagógico na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Para tanto, a investigação está sendo guiada pelos seguintes questionamentos: - Em linhas gerais, será que há indícios da presença de pressupostos neotecnicistas na Base Nacional Comum Curricular? Se forem identificados tais pressupostos no referido documento quais serão os possíveis desafios para a educação escolar brasileira? Por se tratar de um estudo que ainda está em desenvolvimento, nos limitaremos, aqui, a tentar responder apenas a primeira questão apresentada acima.

REALIZAÇÃO

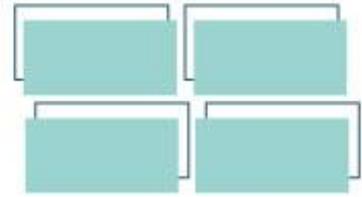
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Trata-se de um estudo qualitativo, bibliográfico e documental. O *corpus* da pesquisa, a BNCC, foi submetido à análise por meio da metodologia Análise de Conteúdo, o que possibilitou a criação de três categorias de análise: a) dimensão e alcance da BNCC, b) possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnicistas na educação por meio da BNCC, c) pressupostos neotecnicistas na BNCC.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2017), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, compreende um documento normativo para toda a Educação Básica brasileira, pública e privada, que institui o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem considerado essencial para o desenvolvimento dos alunos nessa etapa da educação. Mas considerando que o neotecnicismo pedagógico vem se constituindo hegemônico no campo da educação escolar brasileira desde o início da década de 1990, conforme entendem Freitas (1995, 2017) e Saviani (2008), existe relação entre BNCC e neotecnicismo pedagógico?

Como considerações parciais do estudo, inferimos que a Base Nacional Comum Curricular parece fazer parte de um projeto maior de educação que reorganizará, de acordo com os novos interesses hegemônicos, não apenas o currículo de sala de aula das escolas brasileiras, mas também a política de formação docente, a avaliação interna e externa da/na escola e os conteúdos e materiais educacionais. A possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnicistas nas escolas pode ocorrer por meio da incorporação no currículo escolar de competências gerais e capacidades e habilidades, também gerais e específicas, que vão ao encontro dos interesses produtivistas atuais.

E, em linhas gerais, podemos inferir haver indícios da presença de pressupostos neotecnicistas na Base Nacional Comum Curricular, principalmente quando o documento define que as escolas devem desenvolver nos seus alunos capacidades e habilidades tais como aprendizagem para sempre, criatividade, flexibilidade, cooperação, trabalho em equipe, etc. Essas capacidades e habilidades são necessidades básicas do mundo produtivo que foram deslocados para o contexto educacional por meio do neotecnicismo pedagógico.

Base Nacional Comum Curricular - BNCC

REALIZAÇÃO

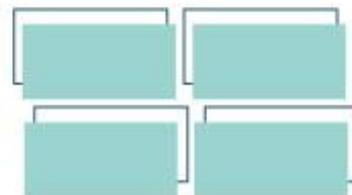
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



As discussões em torno da temática “currículo escolar” envolvem questões históricas que no Brasil vêm se desenvolvendo há muitas décadas de forma tensa, principalmente quando os debates envolvem a centralização do currículo escolar por parte do Governo Federal. A tentativa de centralização do currículo escolar na atualidade é considerada tensa na medida em que o currículo escolar não pode ser considerado apenas como uma questão neutra e isolada das interferências ideológicas, políticas e culturais das classes sociais dominantes.

Para Brzezinski (1995), o currículo é caracterizado como peça-chave da organização do sistema educacional e, portanto, é a partir dele que se organiza “o quê”, “como” e “para quê”. Daí porque não se pode deixar que o Governo Federal defina de forma unilateral e, ainda, de forma pretensamente “democrática”, essas e outras questões que vão impactar diretamente na formação dos alunos, dos cidadãos, bem como em um projeto de nação.

As discussões em torno da BNCC - Base Nacional Comum Curricular não fogem a essa regra, uma vez que se trata de um documento que define e institucionaliza para toda a Educação Básica brasileira as aprendizagens essenciais que todas as escolas terão que incluir nos seus projetos pedagógicos, bem como desenvolver práticas pedagógicas em salas de aula a partir desses projetos.

Em 2015, foi iniciada a construção da BNCC por iniciativa do MEC. De lá até 2017 foram três versões, sendo que em dezembro de 2017 o MEC homologou o documento que no ano seguinte passaria a desenvolver políticas para normatizar todo o sistema de ensino brasileiro nos níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental, uma vez que as “orientações” para o Ensino Médio foram incluídas no documento a partir de 2018.

Na promulgação da BNCC em 2017, o Governo Federal anunciou com muito entusiasmo a aprovação desse documento que passaria a nortear, não apenas os currículos escolares, mas também conduziria a formação inicial e continuada dos professores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliação e os exames nacionais. Já no início do documento, o Governo Federal anuncia: “É com alegria que



entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BRASIL, 2017, p. 5). Mas diante desse entusiasmo, por parte do Governo Federal, precisamos já de início também questionar.

Nota-se, desde a definição do que vem a ser o referido documento, uma preocupação em definir ao longo da formação de todos os alunos da Educação Básica “aprendizagens essenciais”. Mas quais aprendizagens são essas? Onde o Governo Federal, os “especialistas” e as instituições que contribuíram para a elaboração desse documento foram buscar essas aprendizagens essenciais que se encontram instituídas na BNCC? Há relação entre essas aprendizagens essenciais e o neotecnicismo pedagógico?

Neotecnicismo pedagógico

Para Freitas (1995) e Saviani (2008), em meados do século XXI, já era possível identificar com mais clareza pressupostos neotecnicistas nas políticas e práticas educacionais da maioria dos países da América Latina, inclusive do Brasil.

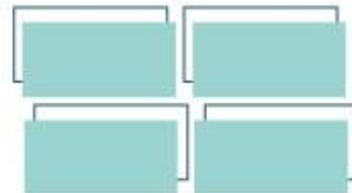
O neotecnicismo pedagógico é considerado uma forma de reorganização educacional e escolar que visa atender às novas demandas produtivas do capitalismo, subsidiado pelos novos modos de produção flexíveis, entre eles o Toyotismo. E a educação, nesse sentido, desempenha um papel importante nesse contexto, pois é a principal responsável pela “[...] preparação de um trabalhador mais adequado aos novos parâmetros produtivos” (FREITAS, 1995, p. 429).

O neotecnicismo pedagógico torna-se hegemônico no Brasil a partir da década de 1990 por meio das políticas neoliberais de mercado alinhadas às novas demandas produtivas. E isso só foi possível realizar-se por meio do apoio condicional dos organismos multilaterais (Banco Mundial, BIRD, OTAN, OCDE, UNESCO, entre outros).

Resultados e Discussão

A análise do *corpus* da pesquisa nos possibilitou a criação de três categorias de análise: a) dimensão e alcance da BNCC, b) possibilidade de materialização dos

REALIZAÇÃO



pressupostos neotecnistas na educação por meio da BNCC, c) pressupostos neotecnistas na BNCC.

a) Dimensão e alcance da BNCC

Segundo o Documento analisado, a BNCC “ integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.” (p. 8). E, nesse sentido, “Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras, reconhecendo que a educação deve mostrar-se “também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)” (p. 9).

Com base no exposto acima, fica evidente que a introdução da BNCC em todos os níveis da Educação Básica não pretende definir apenas, e de forma padronizada, “o que”, “como” e “para o que” a escola deve trabalhar restringindo seu campo de atuação ao currículo da sala de aula. Seu projeto parece ir além da padronização das questões curriculares da sala de aula, sobretudo, quando propõe articulação do currículo de sala de aula, proposto no documento, às políticas de formação de professores, à avaliação da escola, e aos materiais e conteúdos educacionais para todas as escolas brasileiras. Diante disso, parece, no mínimo, não existir dúvida de que a BNCC faz parte de um projeto maior de educação visando à manutenção da hegemonia capitalista, articulando numa mesma dimensão, senão todos, pelo menos um número significativo de áreas da educação escolar brasileira.

Para que esse projeto maior de educação seja concretizado, o MEC – Ministério da Educação é considerado parceiro fundamental no processo para que as mudanças esperadas pela BNCC alcancem cada sala de aula das escolas do Brasil.

Entretanto, cabe ressaltar que na implementação das “propostas” da BNCC para toda a Educação Básica brasileira, o MEC deve seguir essa política alinhado às



diretrizes dos organismos internacionais como, por exemplo, da Organização das Nações Unidas (ONU) e sua “Agenda 2030”.

Segundo Freitas (2017), a BNCC do MEC, alinhada aos interesses dos organismos internacionais, é mais uma tentativa dos grandes conglomerados empresariais para controlar, por meio da geração dos chamados objetivos de aprendizagem, a aprendizagem dos alunos, o trabalho dos professores e a própria gestão da escola.

Nesse contexto, ganha maior relevância nas políticas educacionais a avaliação do sistema educacional como um todo e da escola. E é por meio dela que se buscam os resultados para a garantia da eficiência e da produtividade escolar de acordo com os interesses produtivos nacionais e internacionais, uma vez que avaliação é tida como um fenômeno global que visa satisfazer as novas exigências do modelo produtivo-capitalista, especialmente no que tange ao novo perfil do trabalhador demandado pelo capital. Assim é que a avaliação “externa” é caracterizada como um meio do sistema produtivo para verificar e controlar se as escolas estão, ou não, desempenhando seu papel produtivista, sendo que o mais importante nessa nova lógica de avaliação é o controle dos resultados e não, necessariamente, dos procedimentos (meios).

Nesse sentido, Saviani (2008) entende que surge um novo pressuposto neotecnista em que o controle desloca-se do processo para o resultado, pois no lugar da uniformização e do rígido controle do processo como se caracterizava as políticas educacionais e, por conseguinte, a organização das escolas sob a égide do tecnicismo pedagógico embasado no taylorismo-fordismo, flexibiliza-se o processo como recomenda o toyotismo.

O neotecnismo pedagógico é uma forma de reorganização educacional e escolar que visa atender às novas demandas produtivas do capitalismo, subsidiado pelos novos modos de produção flexíveis, entre eles o Toyotismo. A educação desempenha um papel importante nesse contexto, pois é a principal responsável pela “[...] preparação de um trabalhador mais adequado aos novos parâmetros produtivos”



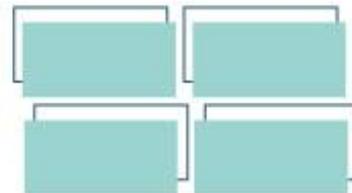
(FREITAS, 1995, p. 429) e isso só é possível realizar-se por meio do apoio condicional dos organismos multilaterais (Banco Mundial, BIRD, OTAN, OCDE, UNESCO, ONU, entre outros).

b) Possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnistas na educação por meio da BNCC

A possibilidade de materialização dos pressupostos neotecnistas em contexto educacional poderá ocorrer “Ao longo da Educação Básica”, por meio “das aprendizagens essenciais” visando “assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento”. (p. 8). “Essas competências são definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais).” (p. 8), sendo “imprescindível destacar que essas competências gerais da Educação Básica, se inter-relacionem e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação.” (p. 9).

A BNCC enfatiza demasiadamente a necessidade das escolas de Educação Básica incorporarem em seus planejamentos e práticas dez competências gerais para que os estudantes desenvolvam as aprendizagens essenciais que serão utilizadas ao longo das suas vidas. Chama atenção, nesta análise, o fato de a BNCC retomar a ideia de “competências”, que faz parte dos discursos escolares e das políticas educacionais brasileiras desde a década de 1990, época marcada pelo início da hegemonia do neotecnismo pedagógico, orientado pela ideologia do neoliberalismo de mercado.

Cabe ressaltar, portanto, que competência é um termo oriundo da esfera produtiva capitalista e que foi lançado sobre a educação. E isso, por si só, já chama atenção para o fato de que as políticas que vêm sendo implantadas no campo da educação escolar desde a década 1990 acabam por privilegiar demandas de um segmento específico, leia-se mercado de trabalho, e não os interesses da sociedade como um todo.



Ademais, em torno das noções de competências, trazidas pela BNCC, está claramente a ideia de que a escola básica deve, já no início da escolarização, desenvolver pedagogias para o desenvolvimento de certas capacidades e habilidades cognitivas e socioemocionais. Para Santos (2004), essas novas capacidades e habilidades “[...] passam a ser virtudes e disposições fundamentais à nova organização do processo de trabalho” (p. 86). No campo da educação escolar, o desenvolvimento dessas competências, habilidades e capacidades, entre outras, se daria por meio do neotecnicismo pedagógico, pelo menos em tese.

c) Pressupostos neotecnicistas na BNCC

Durante a realização da análise do *corpus* da pesquisa, foi possível também identificar e analisar a presença de pressupostos neotecnicistas na Base Nacional Comum Curricular. Isso porque, segundo análise do documento, já desde o início da Educação Básica a escola deve se organizar para realizar um trabalho pedagógico que contemple principalmente: “Exercício da curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências” (p. 8) enfatizando o “Continuar aprendendo” (p. 9); o desenvolvimento de “atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana” (p. 8); “a imaginação e a criatividade para formular e resolver problemas e criar soluções, inclusive tecnológicas” (p. 8); “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação” (p. 10), bem como o “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação” (p. 10).

O sistema capitalista entende que a educação ainda desempenha um papel preponderante para atender as suas demandas, principalmente no sentido de preparação de um trabalhador mais alinhado ao novo perfil produtivo exigido.

Dessa forma, entende-se que com as mudanças nos processos produtivos, passa-se a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: “[...] análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas, criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa,



interpretação e uso de diferentes linguagens, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos e estudar continuamente [...]” (SANTOS, 2004, p. 86).

Santos (2004) também menciona algumas capacidades que são exigidas pela nova base produtivo-capitalista, entre elas: a) a criação de novos tipos de relacionamentos interpessoais com o objetivo de ampliar as iniciativas individuais e as motivações para o trabalho; b) capacidade de trabalhar em equipe; c) saber relacionar-se com os outros; c) participar; d) expressar-se; e) propor soluções para problemas que possam surgir de forma inesperada, bem como oferecer sugestões; f) criatividade; g) aprender a aprender; e h) capacidade de flexibilização e polivalência.

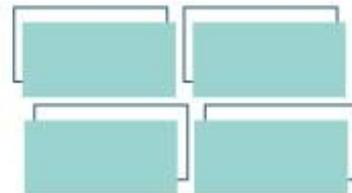
Para Saviani (2008), essas novas capacidades exigidas pelo mundo da produção em sua fase de desenvolvimento vão impondo novas demandas para o sistema escolar e têm como base os pressupostos pedagógicos do neotecnismo pedagógico, enquanto forma de organização escolar que se tornou hegemônica no Brasil na década de 1990.

Considerações Finais

Como considerações finais em relação às reflexões trazidas neste artigo, pudemos inferir que, em linhas gerais, há indício da presença de pressupostos do neotecnismo pedagógico na Base Nacional Comum Curricular (2017), principalmente quando no documento define-se que a organização do trabalho pedagógico escolar deve se pautar na noção de competências e capacidades que a Educação Básica deve desenvolver nos estudantes ao longo da sua escolarização.

Competência é um termo oriundo do “mundo dos negócios” que faz parte dos discursos escolares e das políticas educacionais brasileiras desde a década de 1990, época marcada pelo início da hegemonia do neotecnismo pedagógico, orientado pela ideologia do neoliberalismo de mercado. Em relação às capacidades definidas pela BNCC, e que as escolas devem incorporar em seus currículos, foram identificadas aquelas que fazem parte do conjunto de necessidades demandadas pelo mundo da produção em sua fase atual, entre elas: a “aprendizagem para sempre”, a “criatividade”, a “flexibilidade”, a “cooperação”. No campo da educação escolar, o

REALIZAÇÃO



desenvolvimento dessas competências, e de outras, se daria por meio do neotecnicismo pedagógico, pelo menos em tese.

Ademais, as reflexões iniciais surgidas por meio da investigação apontam, também, para a necessidade de não conceber a BNCC apenas como um documento normativo que visa “orientar” o currículo da sala de aula nas escolas brasileiras nos níveis da Educação Básica. Na verdade, a Base Nacional Comum Curricular deve ser tratada como um documento que traz subjacentemente um projeto maior de educação e que propõe reorganizar, além do currículo escolar, principalmente as políticas de formação docente, da avaliação da escola e da definição de conteúdos e materiais pedagógicos. E esse projeto, muito provavelmente, se estrutura e se difunde na organização da educação escolar brasileira por meio do neotecnicismo pedagógico, corrente pedagógica hegemônica que visa reforçar os laços entre escola e mundo de produção para, assim, atender às demandas específicas e gerais desse segmento da sociedade.

Referências

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular Ministério da Educação, 2017. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em mar.2019.

BRZEZINSKI, I. Notas sobre currículo na formação de professores: teoria e prática. In: Estudos: **Revista da Universidade Católica de Goiás**. v.22. n.1/2. Jan-jun, 1995. p. 47-58.

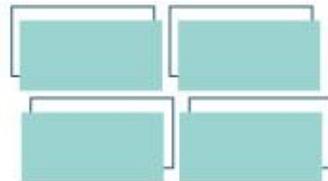
FREITAS, L.C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério e Trabalho Pedagógico).

_____. **BNCC: como os objetivos serão rastreados**. Avaliação Educacional. Blog do Freitas. Campinas. 7 dez. 2017. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-como-os-objetivos-serao-rastreados/>. Acesso em 10 mar.2020.

SANTOS, O. J. Reestruturação capitalista: educação escolar. **Revista Trabalho e Educação**, vol.13, n.1-jan/jul. 2004, pp. 79-89.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

REALIZAÇÃO



DIREITO À SAÚDE: A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS DE APOIO TÉCNICO (NAT-JUS) NAS DECISÕES JUDICIAIS DO ESTADO DE GOIÁS.

***Danilo Di Paiva Malheiros Rocha (PQ)¹, Loara Jheniffer Correia de Queiroz (IC)¹, Walter Manuel Alves Rodrigues (IC)¹**

¹Curso de Direito, Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Pires do Rio. Endereço: Rua Augusto Monteiro de Godói, 580 - Vila Crambery, CEP: 75200-000.

*danilo_gestor@yahoo.com.br

O fenômeno da judicialização da saúde desperta grande interesse devido ao impacto na saúde pública. Cabe ao gestor público cumprir as decisões e, concomitantemente, atender às políticas públicas de saúde. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem tomado medidas de redução destas ações. Uma delas é a recomendação aos Tribunais de Justiça dos Estados para criação de núcleos técnicos para auxílio aos juízes: os NAT-JUS. O presente trabalho tem como objetivo conceituar o NAT-JUS, verificar em que medida é solicitada a participação do NAT-JUS por parte dos julgadores, compreender sua funcionalidade e avaliar a sua eficiência na racionalização da Judicialização da Saúde. Utilizou-se o método descritivo, de natureza quantitativa, partindo de análise de jurisprudência do Estado de Goiás. Das 250 (duzentos e cinquenta) ações encontradas, apenas 43 (quarenta e três) solicitaram manifestação do Nat-Jus, sendo que 39 (trinta e nove) acataram. A implementação dos NAT-JUS permite um diálogo interinstitucional no qual deve haver o contato entre gestores, profissionais da saúde e juízes. Desta forma, não basta a implantação do sistema, mas sim a efetiva implementação e o reconhecimento da sua importância uma vez que a judicialização transcende uma mera decisão judicial por envolver milhões de pessoas que dependem do SUS.

Palavras-chave: Judicialização. Saúde. Nat-jus.

Introdução

O processo de juridificação das relações sociais emergiu no Estado de bem-estar social (Welfare State ou Estado Providencia), no qual o sistema político instrumentalizou o sistema jurídico para intervir nas esferas da vida social. Nas palavras de Luiz Werneck Vianna, o processo de juridificação se traduz como expansão sistêmica do direito sobre outras dimensões da vida social, como a economia, a família, a escola, o mundo do trabalho e é apontado como responsável

REALIZAÇÃO

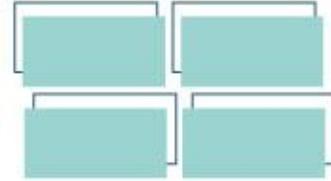
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



por uma “patológica colonização do mundo da vida”, criticada por *Habermas*, autor contrário ao ativismo judicial e aos novos papéis políticos exercidos pelo Judiciário, haja vista que a juridificação produziu uma cidadania passiva, clientelista (HARBERMAS, Apud Vianna, 2002).

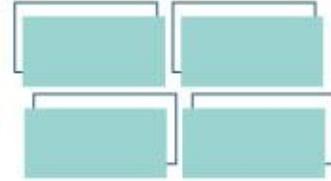
Entretanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) está fadado ao fracasso diante da crescente judicialização, razão pela qual se torna necessária a intervenção em busca de uma racionalização. Preocupado com a questão, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Recomendação n. 31, de 30 de março de 2010, com diretrizes aos magistrados acerca das demandas judiciais de saúde, e, na Resolução n. 107, de 6 de abril de 2010, instituiu o Fórum da Saúde, formado por um Comitê Executivo Nacional e vários Comitês Estaduais.

Vinculados a esses Comitês, estão diversos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT - Jus), formados por profissionais da área da saúde hábeis a emitir laudos técnicos aos magistrados que os consultam sobre ações envolvendo a temática.

Núcleo de Apoio Técnico (NAT) pelo município de Araguaina (TO), com funções consultivas (subsidiar o Judiciário de informações relativas ao tema), preventivas (estimulando a resolução administrativa de conflitos) e de gestão (16), o que tem permitido maior diálogo institucional e redução da demanda judicial. No Distrito Federal, foi criada a Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde, além de serem elaboradas certas estratégias formais e informais para lidar com o problema (DUTRA, 2013).

No Estado de São Paulo, cumpre mencionar a parceria havida entre Secretaria de Saúde e Defensoria Pública do Estado (maior demandante no Estado em ações desta natureza), reduzindo a quantidade de ajuizamentos por parte desta em 90% em determinado período (COELHO, 1997). Outra iniciativa do Governo do Estado de São Paulo foi a implementação, em 2009, do serviço denominado “pedido

REALIZAÇÃO



administrativo”, criando instancia administrativa para fornecimento espontâneo de medicamentos não padronizados pelo SUS, com o fito de conter a crescente judicialização em matéria de saúde.

Diante deste panorama surge o principal problema: Os NAT-JUS são ferramentas eficazes para a racionalização das ações judiciais?

O presente trabalho se justifica diante das crescentes demandas judiciais em matéria de saúde, sendo necessária uma resposta rápida sob pena de desmantelamento do SUS e, conseqüentemente a diminuição de atendimento a quem mais necessita.

Material e Métodos

Estudo descritivo, de natureza quantitativa, de 250 processos judiciais com pedidos de assistência à saúde julgados entre 2019 e 2020 no Estado de Goiás, através do site www.tjgo.jus.br. O critério de busca utilizou o vocábulo: Nat-jus. Avaliaram-se os tipos de solicitação de saúde, qual foi o ente demandando, consulta ao Nat-jus e acatamento aos pareceres do Nat-jus.

Resultados e Discussão

O resultado parcial encontrou 250 (duzentos e cinquenta) ações analisadas, 240 (duzentos e quarenta) desenvolveram-se através de Mandados de Segurança, dos quais 239 (duzentos e trinta e nove) foram impetrados contra o Estado de Goiás e 01 (uma) contra a cidade de Anápolis. Apenas 05 (cinco) recursos foram Agravos de Instrumento entre eles, 02 (dois) contra o Estado de Goiás, 02 (dois) contra a cidade de Anápolis e apenas 01 (uma) contra Aparecida de

REALIZAÇÃO

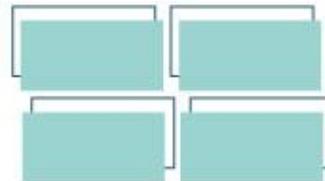
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás

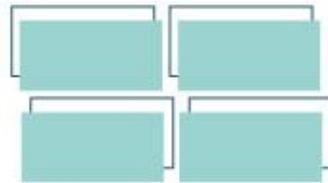


Goiânia. Constatamos também, 5 (cinco) Apelações, das quais 03 (três) manifestaram-se contra o Estado de Goiás, 01 (uma) contra Minaçu, e 01 (uma) contra Goiânia. Importante ressaltar que da totalidade de recursos analisados, apenas em 43 (quarenta e três) casos solicitou-se o parecer do Nat-Jus, sendo que 39 (trinta e nove) decidiram em conformidade com o núcleo, e 4 (quatro) desacompanharam a recomendação. Restando, portanto, 207 (duzentos e sete) ações em que se considerou despicienda a oitiva do Núcleo de Apoio Técnico.

Considerações Finais

Da pesquisa realizada, embora seja parcial, os resultados contém elementos suficientes para concluirmos que há uma subutilização dos Nat-jus. Tratam-se de órgãos técnicos, cujos membros são médicos, enfermeiros e demais profissionais que, deveriam ser ouvidos antes das decisões judiciais. Engana-se quem pensa que a sentença é o fim do processo, pois na verdade, é o início da obrigação que o ente público tem de fornecer remédios, tratamentos e demais serviços de saúde. Muitas das vezes, o SUS fornece medicamento similar a preços mais competitivos e, por conseguinte, são capazes de atender maior número de pacientes. Este raciocínio é dado através da medicina baseada em evidências, cujas informações são prestadas por profissionais técnicos habilitados para isso. O papel do juiz, nestas ações de prestação de saúde, tem relação direta com o orçamento, pois obrigam o direcionamento de valores para atender um caso particular em detrimento da coletividade. Deve prevalecer o interesse coletivo sobre o particular e, se o Poder Judiciário abrisse ao diálogo, contribuiria sobremaneira para a manutenção do SUS e, conseqüentemente ao atendimento da maior parte da população.

REALIZAÇÃO



Referências

BARROSO, Luis Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Revista Jurídica UNIJUS, Uberaba, v.11, n. 15, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 29 jan. 2019.

BRASIL. Portaria n. 1321 de 05 de junho de 2007. Disponível em http://www.brasilsus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48. Acesso em 29 dez. 2018.

COELHO IM. Interpretação constitucional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor; 1997. p. 97-98. Conexão Política. Teresina. 2013;2(2):11-47.

DO VALLE, Vanice Regina Lírio. Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Controle e Judicial. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

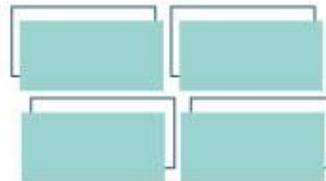
DUTRA R, CAMPOS MM. Por uma sociologia sistêmica da gestão de políticas públicas. Disponível em http://www.uniube.br/publicacoes/unijus/arquivos/unijus_15.pdf. Acesso em 19 fev. 2019.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SOUSA, Pedro Ivo de; COURA, Alexandre de Castro. Controle judicial de políticas públicas. Anais, Salvador, Conpedi. Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/pedro_ivo_de_sousa.pdf, acesso em 03 de dezembro de 2018.

VIANNA, Luiz Werneck (org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

REALIZAÇÃO



RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: Relato de experiência

Maria Luiza Nogueira Rangel¹ (PQ)

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Resumo: O presente estudo, organizado como relato de experiência, apresenta a análise da vivência durante a realização do projeto de pesquisa “PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: Jovens mulheres, problemas e desafios”, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), unidade de Luziânia. Neste sentido buscou demonstrar a importância do tema na formação dos futuros profissionais da educação, bem como descrever como a realização da pesquisa despertou o interesse sobre a temática no curso de Pedagogia da referida instituição, contribuindo assim para diminuir a violência contra a mulher e a perseguir uma maior equidade entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Pedagogia. Relações de Gênero. Formação. Profissão Docente. Equidade.

Introdução

O presente relato de experiência apresenta as análises da pesquisa que buscou compreender o espaço que as mulheres ocupam no processo educacional e nas relações de trabalho, contextualizado a importância da pesquisa no processo de formação do pedagogo.

Utilizamos o conceito de gênero a partir das conotações criadas pela sociedade para designar o homem e a mulher, sendo que a condição do homem é aquela apoiada nos estereótipos onde cabe ao homem à função de provedor da casa e por isso detentor econômico do lar, cabendo a mulher a obediência, as funções domésticas e o cuidado com os filhos. Utilizamos estes conceitos, gerados pela sociedade, para mostrar que é preciso romper com esse estado de coisas.

¹ maria.rangel@ueg.br



Os resultados da pesquisa, realizada no ano de 2016, mostrou que os futuros profissionais da educação são, em sua maioria, jovens mulheres que buscam a construção de uma carreira profissional para melhor qualificação no mundo do trabalho. Como todo estudo exploratório desperta dúvidas, novos interesses e também novos eixos e temas de pesquisa, neste caso em especial, fez surgir o seguinte questionamento, ou problema de pesquisa: qual o espaço da mulher no processo educacional e nas relações de trabalho?

É importante destacar que o debate que envolve as relações de gênero, ganhou destaque na formulação das políticas públicas, e está presente em toda sociedade, incluída aí a sala de aula. Com a abertura democrática que o país vivenciou a partir de 1988, com a constituição cidadã, vivemos um momento em que é permitido novos olhares e mudanças.

Por isso, a participação e conscientização da mulher na área de educação são decisivas como forma de desconstruir as desigualdades de gênero que ainda prevalecem em nosso país. Uma vez que as mulheres ocupam a maioria dos espaços no campo da educação, entendemos ser necessário que a escola e o professor se envolvam nos debates sobre relações/igualdade de gênero.

Soma-se a este entendimento o fato de que dos 2,2 milhões de professores que lecionam até o Ensino Médio, 1,8 milhões são mulheres. Enquanto que, nas universidades onde o salário é maior, elas representam 45,28% e os homens 54,72% .

Já na Educação Infantil as mulheres chegam a ser quase a totalidade dos profissionais de educação. Dos 320.321 professores de pré-escola, 304.128 são mulheres, contra apenas 16.193 homens, número quase 19 vezes maior. Nas creches, a proporção supera 40 vezes, são 266.997 mulheres e 6.642 homens. Nestes espaços os salários são menores e as condições de trabalho muitas vezes são precárias.

Como ponto de partida encorpou a premissa de que a escola, através da prática docente, pode se constituir como um espaço para promover transformações no sentido da igualdade a partir do respeito às diferenças, o campo da educação torna-



se um espaço privilegiado para construção da igualdade de gênero. Mas será que hoje temos professores capacitados para trabalhar as relações de gênero em sala de aula? O espaço acadêmico tem privilegiado essa temática?

Material e Métodos

Para alcançar respostas aos questionamentos propostos o presente estudo foi desenvolvido, predominantemente, numa abordagem qualitativa de pesquisa, considerando a sua natureza e o seu objeto, a saber, o estudo das práticas pedagógicas, buscando identificar e analisar se os futuros profissionais da educação são capazes de fazer a crítica da situação de sua profissão na sociedade, do ponto de vista de classe, de gênero e da produção flexível.

A escolha desta abordagem deve-se às suas características favoráveis aos propósitos do estudo, descritas por Stake: “O pesquisador qualitativo procura seqüências importantes de eventos, testemunhas-chave para eventos passados e, particularmente, observa como esses eventos são determinantes no contexto em que ocorrem”. (STAKE, 1997, p. 22). Inserir aqui, caso seja necessário, este item. (fonte: Arial, 12).

Resultados e Discussão

A presença das mulheres nos cursos de Pedagogia.

Nos cursos de Pedagogia as mulheres continuam ocupando 95% das vagas, utilizando como exemplo o curso de Pedagogia da UEG-Luziânia, inscreveram-se no processo seletivo 2014/1 8 (oito) homens e 100 (cem) mulheres, sendo classificados 5 (cinco) homens e 35 (trinta e cinco) mulheres. Em 2016 a turma do 3º ano do curso

REALIZAÇÃO

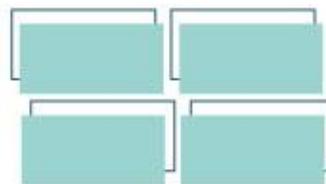
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



de pedagogia da UEG-Luziânia era composta por 38 (trinta e oito) estudantes, dos quais 35 (trinta e cinco) eram mulheres e 3 (três) homens. Em 2017, de 30 (trinta) alunos matriculados, 4 (quatro) eram do sexo masculino. Em 2018, entre os 40 (quarenta) alunos do 3º ano, matriculados na disciplina “Organização e Gestão do trabalho pedagógico, 3 (três) são homens. Como podemos observar essa tem sido uma tendência das turmas de terceiro ano do curso.

Não é preciso realizar uma pesquisa para constatar que a maioria dos (as) estudantes que ingressam na graduação em pedagogia nas universidades brasileiras pertence ao sexo feminino, embora a presença masculina também se faça notar. Mas é preciso questionar sobre o processo inverso desta relação nos cursos de pós-graduação e em cargos de direção.

Uma vez que, quando olhamos para os cargos de direção, coordenação e assessoramento essa prevalência se atenua. A maioria destes cargos são ocupados por homens, inclusive de outras áreas de formação. Conforme aponta Silva (2011), “um exemplo disso se revela nas entrevistas realizadas com os coordenadores dos cursos de Pedagogia analisados: dos três, dois são homens. O que isso está nos dizendo?” (SILVA, 2011. p.29). Por que o curso de Pedagogia, na sua formação inicial, mantém o predomínio feminino e, quando olhamos para a gestão encontramos um quadro diferente?

A situação apresentada pela autora reforça o entendimento de que o século XXI que foi palco de grandes transformações tecnológicas e científicas em nada mudou as relações de trabalho das mulheres. As mulheres continuam trabalhando mais e ganhando menos, ainda que muitas vezes sejam mais qualificadas do que os homens .

A maioria dos profissionais que trabalham na Universidade Estadual de Goiás – UEG são mulheres, tanto em seu quadro funcional quanto docente, sendo 960 mulheres e 489 homens técnico-administrativos e 1077 mulheres e 930 homens docentes. E com os alunos não é diferente, dos 18.846 alunos matriculados no ano



de 2016, (63%) também são mulheres. Quais os espaços de direção às mulheres da UEG ocupam na atualidade? Reitoria, Direção de Câmpus, Coordenação de Cursos, representação em colegiados.

Dessa forma, surge a dúvida se esse novo paradigma produtivo estaria oferecendo oportunidades para a mulher ampliar o seu espaço no mundo do trabalho e avançar para a igualdade de oportunidades com os homens, ou, se ele estaria resignificando e mantendo a segregação feminina nos setores econômicos e nos grupos ocupacionais nos quais elas sempre tendem a se inserir? Como já verificamos, as mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho e têm uma crescente taxa de escolaridade, superando a dos homens, o que aparece como uma tendência. Mas continuam segregadas em algumas atividades e as diferenças salariais ainda são grandes entre homens e mulheres.

Há um grande consenso entre os estudos em relação à desigualdade entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho, os resultados corroboram o entendimento de que as mulheres ganham menos que os homens, mesmo realizando funções equivalentes as deles, o que sugere que o novo paradigma produtivo não reduz a segregação feminina nos setores econômicos.

O Campus de Luziânia oferece cursos de graduação nas seguintes modalidades: Regular, por Convênios ou Parceladas e a Distância, além de cursos de especialização em pós-graduações. Os cursos regulares são Administração e Pedagogia, realizados no período noturno. Uma parte da pesquisa realizada em 2016, antes da aprovação do presente projeto, foi destinada a compreender as opções de escolha do curso e de atuação no mercado de trabalho, como resposta (100%) dos estudantes responderam que pedagogia é o seu primeiro curso superior e (93.75%) afirmaram gostar do curso. Embora, (96.87%) escolheriam outro curso caso tivessem oportunidade. A escolha do curso, neste caso, está condicionada a pouca oferta de opções oferecidas na única universidade pública do município e a necessidade de maior qualificação para atuar no mercado de trabalho.



Em uma primeira análise, com base nas pesquisas realizadas com os alunos do terceiro ano do curso e a partir das experiências vivenciadas em sala de aula, em 2016, 2017 e 2018 identificamos que os acadêmicos da UEG pouco compreendem o conceito de “capital humano”, “alienação”, “produção flexível”, e tantos outros conceitos que ajudam a explicar as relações sociais e as políticas de cunho neoliberal. Essa percepção é ampliada durante o acompanhamento do estágio profissional, nos anos de 2019 e 2020.

A grande preocupação dos acadêmicos com a sua formação é a qualificação profissional para alcançar a estabilidade no emprego, como podemos observar adiante. Também não conseguem conceituar as relações de gênero, e pouco percebem as desigualdades manifestadas no cotidiano da rotina escolar.

No entanto, ressaltam a importância de falar sobre as relações de gênero e sexualidade, uma vez que, estes debates estão presentes no dia a dia da sala de aula.

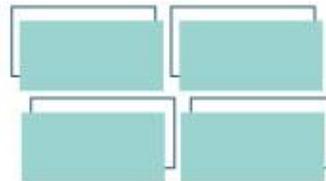
4.3 O envolvimento dos estudantes da Unidade Universitária de Luziânia com a temática de gênero.

O interesse em conhecer o tema está crescendo e já é possível perceber um interesse maior por parte dos estudantes em participar de atividades e desenvolver trabalhos de conclusão de curso (TCC) voltados para a temática. No momento de realização desta pesquisa, foram identificados quatro TCC's voltados para o debate sobre as relações de gênero e trabalho docente.

No ano de 2017 foram desenvolvidas importantes atividades que contribuíram para despertar o interesse dos alunos, a saber: Oficina organizada pelos estudantes do curso de Pedagogia no Dia Nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes em parceria com a secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho de Luziânia; Apresentação e Debate com a autora do livro “Mirela e o Dia Internacional da Mulher” e Grupos de estudo. Os exemplos acima ilustram as primeiras atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, antes da aprovação do projeto, ainda na fase de elaboração.



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Posteriormente, com a aprovação do projeto foram desenvolvidas outras atividades, como a participação em eventos, realização de oficinas, apresentação de trabalhos e pôsteres com os resultados iniciais da pesquisa.

A primeira participação organizada, enquanto equipe da pesquisa, conteceu durante a realização do I Encontro Internacional de Licenciaturas do Cerrado, no IF de Valparaíso – GO, onde foram selecionados e apresentados três trabalhos, no formato de pôster.

No mês de novembro, durante a realização do III SEPEC - SEMINÁRIO REGIONAL DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA realizado na UEG Luziânia, realizamos a oficina: Diálogos sobre relações de gênero na sala de aula, com o objetivo de trocar experiencias para pensar às relações de gênero na sala de aula. Como atividade programada de pesquisa foram apresentados cinco trabalhos, na modalidade resumo expandido, com apresentação oral.

Destacamos ainda a participação na V Semana do Pedagogo da UEG/Luziânia, com a apresentação da palestra Educação e Gênero. Antes do início da atividade foi entregue um questionário a todos os presentes, com o objetivo de conhecer a opinião e provocar o público presente: “Vamos conversar sobre relações de gênero na sala de aula?” 80% dos presentes responderam que consideram importante a abordagem das relações de gênero no ambiente pedagógico e querem conversar mais sobre as relações de gênero na sala de aula.

Os diferentes exemplos ilustram de que forma a realização do projeto de pesquisa contribui para despertar o interesse pela temática no âmbito da Universidade Estadual de Goiás-Campus Luziânia, mesmo considerando que nos anos de 2019 e 2020 o envolvimento com a temática diminui, a pesquisa mostrou que os estudantes ainda consideram importante conhecer mais sobre o assunto para o exercício futuro da profissão.

Outra questão relevante a ser considerada é que no governo atual de jair Bolsonaro as políticas voltadas as relações de gênero foram diminuidas ou

REALIZAÇÃO

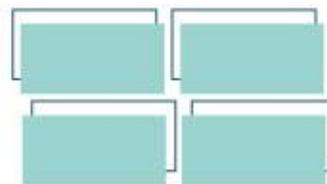
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



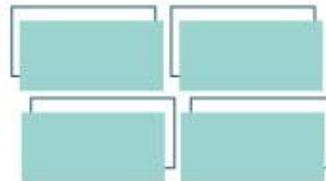
descontinuadas. Sobretudo, porque o governo percebe o debate sobre as relações de gênero como uma questão sexual. Dessa forma, esse debate não deveria ir para dentro das escolas e salas de aula porque remete ao pecado e algo proibido na perspectiva de uma família nos moldes tradicionais.

É justamente aí que reside o problema, pois na atualidade, a maioria das famílias são chefiadas por mulheres, o que por si só já difere do conceito tradicional e idealizado pelo governo. É importante ainda destacar que no momento em que estamos finalizando este projeto de pesquisa, o Mundo inteiro vive uma crise sem precedentes na história em função da pandemia da Covid-19.

Com a Pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) que teve início na China em dezembro de 2019, o mundo inteiro foi forçado a mudar sua rotina. A Pandemia se alastrou por ter uma forma de contágio acelerado, que ocorre por meio de gotículas de saliva, espirros, tosse, e contato com superfícies contaminadas. Uma das medidas mais eficazes contra a propagação do novo Coronavírus é o isolamento social.

Neste novo contexto, atribuído pela Pandemia, o mundo se viu obrigado a se isolar socialmente, fazendo com que as escolas fechassem suas portas, como forma de diminuir a disseminação do vírus. Segundo dados da UNESCO mais de 1,7 bilhões de alunos estão fora das escolas, o que representa 91,4% de estudantes afetados pelo fechamento das instituições de ensino em 192 Países.

Assim, no momento em que estamos finalizando o presente relato, as aulas presenciais estão suspensas em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino no Brasil, e com o avanço do Vírus e como consequência do isolamento social para conter a sua disseminação as mulheres são consideradas o grupo social mais afetado. Conforme o IBGE, as mulheres constituem o grupo majoritário dos empregos mais precários ou informais, estando obrigadas a voltar-se às tarefas do cuidado da casa, da economia doméstica, dos filhos e responsáveis pela saúde de todos.



O que reforça a importância de dar continuidade a estudos que ajudem a compreender as relações de gênero, contribuindo assim para diminuir a violência contra a mulher e uma maior equidade entre homens e mulheres.

Considerações Finais

Levantamos, no presente estudo, questões sobre como as relações de gênero dialogam com o perfil dos profissionais da educação. No entanto, a pesquisa mostra que o conceito de “gênero” ainda é pouco discutido dentro do ambiente acadêmico, dificultando o entendimento sobre os prejuízos em decorrência da ausência do debate, que são a discriminação, violência e limitação do papel da mulher na sociedade.

Diferentes marcos legais anunciam que a formação do futuro Pedagogo deve promover a consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, classes sociais, religiões, escolhas sexuais, entre outras.

No entanto, não explicita como alcançar essas diretrizes, uma vez que não existe uma disciplina específica sobre a temática, nem outras ações que possam promover esse debate.

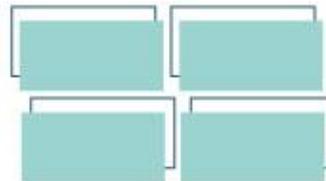
Dessa forma, mostra que o pouco conhecimento que alguns alunos possuem sobre a temática está vinculado as ações isoladas de poucas professoras que exploram a temática. Dessa forma, evidenciamos que quando provocados os alunos demonstram interesse e querem participar das diferentes ações de pesquisa e extensão sobre o tema.

Agradecimentos

Agradeço a equipe inicial que tanto somou para a realização do presente estudo.



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Referências

APPLE, Michael. **Ensino e Trabalho Feminino**: Uma Análise Comparativa da História e Ideologia. Cadernos de Pesquisa São Paulo: n. 64, p. 14---23 fev. 1988.

IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, Mulher no Mercado de Trabalho: 2010, 2019.

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa/naturalista – problemas epistemológica. In: BARBIER, R. (Org.) **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SILVA, K. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. 2011.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

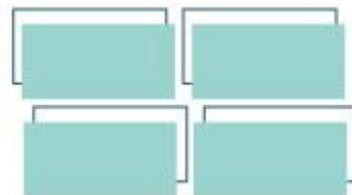
PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Lazer e capital comunicacional: a mercantilização e burocratização do tempo livre

Mateus V. Orio¹ (PQ) * mateus.orio@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás. Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede. BR 153 Quadra Área, Km 99 – Bloco II – 1º andar - CEP. 75132.903 – Anápolis – Goiás.

Resumo: Este estudo é fruto de um projeto de pesquisa homologado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEG. A proposta de pesquisa buscou se inserir no debate acerca do lazer, aprofundando especificamente na relação com o capital comunicacional. O segmento de jogos eletrônicos é analisado como exemplo da mercantilização e burocratização do lazer na contemporaneidade, tendo em vista que são formas de lazer que já surgem mercantilizadas e substituem brincadeiras baseadas na gratuidade e na criatividade. O presente estudo tem como aporte o método dialético. A partir desta concepção a realidade é entendida como o concreto, síntese de múltiplas determinações. Na discussão entende-se que a mercantilização e a burocratização do lazer na sociedade contemporânea cumprem um papel de desviar a atenção dos problemas políticos e sociais, ao passo em que ocupam o tempo dos indivíduos fora do trabalho e promovem a venda de diversos produtos do capital comunicacional, que movimentam a economia capitalista. Além disso, a indústria cultural impõe formas de lazer mercantilizado e burocratizado como os jogos eletrônicos, inibindo a criatividade das pessoas em buscar formas criativas de desfrutar do tempo livre, formas estas que poderiam se converter em momentos de formação e crítica social.

Palavras-chave: Capital recreativo. Capitalismo. Acumulação. Entretenimento. Jogos eletrônicos.

Introdução

O lazer tem recebido a atenção de diversos pesquisadores em diferentes áreas e abordagens, porém, conforme a análise de Padilha (2010), as Ciências Sociais, sobretudo no Brasil, permanecem tímidas diante do fenômeno lazer. A

REALIZAÇÃO

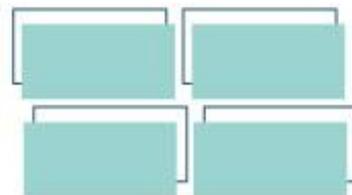
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás

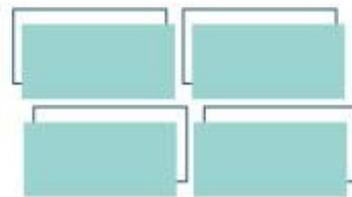


presente proposta de pesquisa busca se inserir neste debate, aprofundando especificamente na relação do lazer e com o capital comunicacional (Cf. VIANA, 2007).

O lazer é compreendido a partir da divisão do tempo dos seres humanos em atividades distintas. A divisão do tempo envolveu, no decorrer da história, a busca pelo controle do tempo, a criação de hábitos e também os conflitos em torno de qual grupo social faria determinadas atividades necessárias à sociedade e do que seria melhor a se fazer para “aproveitar” o tempo. Na modernidade, o valor do ser humano passa a ser atrelado ao seu trabalho, bem como surgem ideias e valores que visam condenar o ócio e vincular ao trabalho o valor de dignidade. Surge então a ideia de lazer como uma licença do trabalho e também como uma recomposição para o trabalho. Ao mesmo tempo vão se desenvolvendo formas de se apropriar do lazer tal como o trabalho é apropriado: visando o lucro (BACAL, 1988; MAYA, 2008; AQUINO; MARTINS, 2007; MELO; ALVES JR., 2012).

A presente pesquisa se apoia em conceitos e definições de lazer que possibilitem a compreensão da relação deste fenômeno com o capital comunicacional. Temos, assim, o lazer inserido no processo de transformação da cultura em mercadoria. Desta forma, esta pesquisa parte para a investigação da mercantilização e burocratização do lazer, entendidas como processos em desenvolvimento na sociedade atual.

A mercantilização é caracterizada pelo processo de expansão da produção capitalista, no sentido de que diversos aspectos das relações sociais vão sendo transformados em mercadoria, ou seja, em um meio para a reprodução de trocas mercantis (Cf. VIANA, 2016). Já a burocratização é entendida como um processo de intensificação do controle sobre as relações sociais (Cf. VIANA, 2016). Nesse sentido, são interpostas diversas mediações para as atividades dos indivíduos em sociedade, como instituições políticas, partidos políticos e sindicatos para definir questões de interesse público; instituições religiosas para mediar questões morais; assim como



empresas e associações diversas, para definir questões relativas ao lazer, como viagens, esportes e produtos culturais.

Contemporaneamente, produtos culturais como cinema, música e jogos eletrônicos vêm se ampliando em seu âmbito econômico e relevância social (CERIONI, 2016; MOTTA; FRABASILE, 2017; VELOSO; BRETAS, 2017). Por isso, o segmento de jogos eletrônicos é analisado aqui como exemplo da mercantilização e burocratização do lazer na contemporaneidade, tendo em vista que são formas de lazer que já surgem mercantilizadas e substituem brincadeiras baseadas na gratuidade e na criatividade.

A mercantilização e a burocratização do lazer na sociedade contemporânea cumprem um papel de desviar a atenção dos problemas políticos e sociais, ao passo em que ocupam o tempo dos indivíduos fora do trabalho e promovem a venda de diversos produtos do capital comunicacional, que movimentam a economia capitalista. Além disso, a indústria cultural impõe formas de lazer mercantilizado e burocratizado como os jogos eletrônicos, inibindo a criatividade das pessoas em buscar formas criativas de desfrutar do tempo livre, formas estas que poderiam se converter em momentos de formação e crítica social.

Material e Métodos

O presente estudo tem como aporte o método dialético (MARX, 1999; MARX; ENGELS, 1984). A partir desta concepção, a realidade é entendida como o concreto, síntese de múltiplas determinações. Com isso, para se compreender o fenômeno do lazer é necessário relacionar a sua manifestação cotidiana com as demais determinações que constituem a totalidade social. Nesse sentido, tornar-se-á possível compreender o fenômeno do lazer não meramente em sua manifestação cotidiana,

REALIZAÇÃO

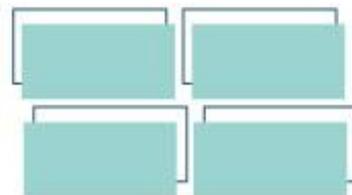
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



como também em sua existência concreta e determinada pelas suas relações com elementos relevantes da realidade social.

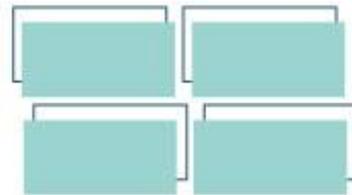
O universo desta pesquisa se concentra na relação entre lazer e capital comunicacional, tendo como foco os processos de mercantilização e burocratização do tempo livre na contemporaneidade. Além disso, foi tomado como exemplo o fenômeno dos jogos eletrônicos (Cf. COSTA, 2017). Estes jogos expressam o processo de mercantilização das relações sociais por se constituírem de formas pagas de lazer. Expressam também o processo de burocratização, tendo em vista que, por mais que o jogo possibilite personalização, descreve um caminho específico pelo qual o jogador deve passar. Além do mais, os jogos eletrônicos consistem em meios de aproveitamento do tempo livre conformados à dinâmica contemporânea da urbanização.

Em síntese, a presente proposta de pesquisa parte de uma abordagem quali-quantitativa e, em conformidade com o método dialético, é de natureza explicativa. Com base nos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de levantamento de dados, cujos instrumentos são a leitura e análise de conteúdo. Assim, será possível que a abordagem conceitual desenvolvida a partir desta análise sirva de aporte para pesquisas futuras, fomentando a discussão acadêmica dos temas lazer e indústria cultural.

Resultados e Discussão

Levando em consideração o objetivo deste estudo, segue uma análise da relação entre lazer e capital comunicacional nos processos de mercantilização e burocratização do tempo livre. Nesse sentido, o desenvolvimento destes processos foi analisado a fim de desenvolver uma concepção acerca das razões que os determinam na sociedade contemporânea.

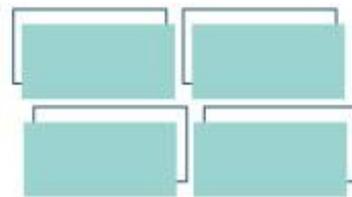
REALIZAÇÃO



O capital comunicacional é entendido como a parte do capital que se volta para as produções culturais e para sua divulgação. Assim, estas produções são pautadas pelos princípios capitalistas, ou seja, a busca pelo lucro máximo por meio da extração de mais-valor e pela produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, o capital comunicacional pode divulgar produções críticas ou naturalizantes desde que sejam consideradas lucrativas.

Com o intuito de desenvolver um arcabouço conceitual que possibilite a análise do cinema, enquanto uma forma de lazer permeada pela indústria cultural, foram estudadas algumas publicações do sociólogo Nildo Viana (2009; 2012; 2013a; 2013b). Desta forma, foi possível aprofundar na relação entre cinema e capitalismo, envolvendo a produção capitalista do cinema, a reprodução fílmica do capitalismo, bem como conhecer análises de filmes que apresentam uma versão ficcional crítica do capitalismo. A partir destes estudos, o cinema é compreendido como um produto do capitalismo, o que envolve a compreensão dos meios oligopolistas de comunicação e o entendimento do processo de produção cinematográfica no interior da sociedade capitalista. Nesse sentido, o filme é um produto social e histórico, e ainda coletivo.

Tal como o cinema, os jogos eletrônicos são também produtos que expressam os processos de mercantilização e burocratização do lazer. Silvia Zanolla, em seu artigo intitulado “Indústria cultural e infância: Estudo sobre a formação de valores em crianças no universo do jogo eletrônico” (2007) parte do pressuposto de que os jogos eletrônicos têm influência sobre a formação cultural das crianças na contemporaneidade. Para esta autora, o jogo eletrônico foi analisado como um produto de consumo de lazer e entretenimento que ganhava cada vez mais espaço entre as brincadeiras infantis. Desta forma, o conteúdo dos jogos vai se constituindo em referências importantes na reprodução dos valores sociais conforme as necessidades do capital. Então, como expressão do capital comunicacional, os jogos eletrônicos banalizam a violência, desencorajando a solidariedade e as capacidades de amar e ser generoso.



Ao propor uma análise sobre comunicação e consumo no mundo dos jogos eletrônicos, Marcelo Victor Teixeira (2013) considera que os jogos eletrônicos podem ser considerados um dos pilares da “indústria do entretenimento”. Ele ressalta que este segmento ultrapassara a “indústria cinematográfica”, se colocando em terceiro lugar entre as maiores indústrias estadunidenses, ficando atrás apenas da bélica e da automotiva.

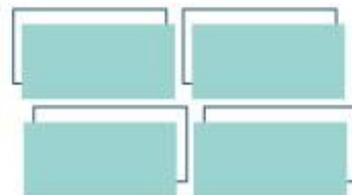
Os jogos eletrônicos se desenvolvem com o desenvolvimento da informática, de modo que contemporaneamente apresentam um evidente avanço audiovisual. Assim, a produção de jogos eletrônicos na atualidade envolve um conjunto de profissionais variados: *designers*, artistas gráficos, escritores, roteiristas, atores, dubladores, músicos e cineastas, de modo que o desenvolvimento de um jogo pode ser comparado a uma superprodução cinematográfica. Além disso, as empresas passam a projetar os jogos para outros espaços de lazer, explorando mais a imersão, ampliando o vínculo simbólico perante os consumidores.

Atualmente há enorme integração dos formatos digitais: jogos, filmes, interfaces, sites da internet, competições online etc. A internet, além disso, impacta nos jogadores com as redes sociais. Por meio delas os jogadores convidam seus amigos e, a partir disso, passam a ser lançados jogos em que os amigos interagem por meio das redes sociais. A grande característica dos jogos online é a integração de vários jogadores. Assim, a interação com amigos é acrescida a um universo juntamente com seus outros atributos: divertimento, dificuldade e imersão.

Recentemente a aplicação de anúncios nos jogos eletrônicos vem se ampliando. Da mesma forma, a aquisição de jogos via download, sem a necessidade de nenhum objeto físico, se expande junto ao aluguel de jogos neste mesmo formato. Isso possibilita a aquisição de pacotes mensais, anuais etc. que são assinados pelos consumidores garantindo direito a determinados jogos por determinado tempo. Isso não deixa de ser uma forma de diminuir os custos de produção. Está relacionado às modificações nos hábitos dos consumidores e à praticidade de adquirir um produto



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



via download expressando, assim, o avanço do processo de mercantilização dos jogos eletrônicos.

Considerações Finais

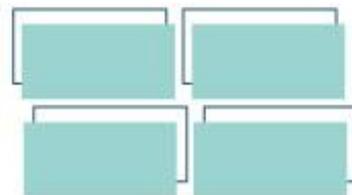
A partir desta pesquisa, foi possível qualificar o lazer enquanto atividade de recreação efetivada pelos seres humanos em um tempo residual, após a realização de outras atividades, como trabalho, necessidades básicas e obrigações sociais. Buscando solucionar a questão a respeito razões para a mercantilização e burocratização do lazer a partir do método dialético, foi desenvolvida a concepção acerca destes processos.

No aprofundamento da análise a respeito dos jogos eletrônicos buscou-se compreender a expressão dos processos de mercantilização e burocratização. Assim, ressaltou-se a competição enquanto valor social indissociável aos jogos e demonstrou-se a massificação de seu consumo. Os jogos eletrônicos são entendidos enquanto produtos de lazer que geram muito lucro para as empresas desenvolvedoras. Estes produtos se projetam para outros espaços de lazer, promovendo a integração entre diversos formatos digitais para o entretenimento.

Agradecimentos

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, bem como a todos(as) colaboradores(as) e acadêmicos(as) envolvidos nesta pesquisa.

Referências



AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 479-500, 2007.

BACAL, Sarah. **Lazer**. Teoria e pesquisa. São Paulo: Loyola, 1988.

CERIONI, Clara. **Redes de cinema estrelam crescimento inédito em plena crise**: O segmento protagoniza hoje um filme inédito, com crescimento tanto de bilheteria quanto de produção de filmes nacionais. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/redes-de-cinema-estrelam-crescimento-inedito-em-plena-crise/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COSTA, Alan Queiroz da. Pesquisas sobre jogos digitais, comunicação, educação física/esportes: A questão das competências digitais. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. **Anais do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3149-1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Os pensadores Marx**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 23-54.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

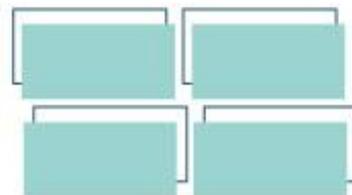
MAYA, Paulo Valério Ribeiro. Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica. In JACQUES, Maria da Graça C., et al. org. **Relações sociais e ética** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 31-47. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JR., Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri (SP): Manole, 2012.

MOTTA, Anaís; FRABASILE, Daniela. **Mídia e entretenimento vão movimentar US\$ 2,23 trilhões em 2021**: No Brasil, faturamento do setor foi de US\$ 34,9 bilhões em 2016 e pode chegar a US\$ 43,7 bilhões daqui a quatro anos. 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2017/06/midia-e-entretenimento-vaio-movimentar-us-223-trilhoes-em-2021.html>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
GraduaçãoPRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-GraduaçãoPRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos EstudantisUniversidade
Estadual de Goiás



PADILHA, Valquíria. Trabalho, lazer e consumo nas sociedades contemporâneas. In: MASCARENHAS, Fernando; FILHO, Ari Lazzarotti (orgs.). **Lazer, cultura e educação**. Contribuições ao debate contemporâneo. Goiânia: UFG, 2010.

TEIXEIRA, Marcelo Victor. **Comunicação e consumo no mundo dos games: estratégias de monetização em jogos sociais digitais**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Práticas de Consumo, Comunicação, Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.espm.br/handle/tede/128>. Acesso em: 08 jun. 2020.

VELOSO, Ana Clara; BRETAS, Pollyanna. **Jogos on-line movimentam R\$ 4,9 bilhões e Brasil lidera setor na América Latina**: Na conta, está faturamento com publicidade, venda dos jogos e microtransações. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/jogos-on-line-movimentam-49-bilhoes-brasil-lidera-setor-na-america-latina-21014736>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

VIANA, Nildo. **A concepção materialista da história do cinema**. Porto Alegre: Asterisco, 2009.

VIANA, Nildo. A formação da esfera artística. **Sociologia em Rede**, v. 3, n. 3, p. 62-72, 2013a.

VIANA, Nildo. **A mercantilização das relações sociais**. Modo de produção capitalista e formas sociais burguesas. Rio de Janeiro: Ar, 2016.

VIANA, Nildo. Capitalismo e cinema. **Revista Alceu**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, v. 14, n. 27, p. 66-76, 2013b.

VIANA, Nildo. **Cinema e mensagem**. Análise e assimilação. Porto Alegre (RS): Asterisco, 2012.

VIANA, Nildo. Para além da crítica dos meios de comunicação. In: VIANA, Nildo. Capitalismo (org.). **Indústria cultural e cultura mercantil**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. Indústria cultural e infância: Estudo sobre a formação de valores em crianças no universo do jogo eletrônico. **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 28, n. 101, p.1329-1350, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0428101>>. Acesso em: 15 abr. 2019.



O CONCEITO DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A REALIDADE DA UEG, A PARTIR DOS RESULTADOS DO ENADE

Arlete de Freitas Botelho
Pesquisador (PQ)
arlete.afb@gmail.com
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Este estudo é parte da pesquisa “Avaliação e qualidade: uma relação evidente nos indicadores do Sinaes” que buscou os resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao Exame de Desempenho do Estudante (Enade), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Relatórios de Autoavaliação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) que obtiveram melhores e piores resultados nos ciclos avaliativos até então realizados. Por se tratar de uma análise extensa com o aprofundamento de vários indicadores, recorta-se aqui os resultados do Enade e Autoavaliação, excetuando portanto, o indicador CPC. A problematização levantada foi sobre a necessidade ou não da UEG repensar seus cursos, levando em conta os resultados dos processos avaliativos pautados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para a busca da resposta ao questionamento levantado recorreu-se aos relatórios emitidos pelo INEP em cada ciclo avaliativo, que ocorre a cada três anos e os Relatórios de Autoavaliação da própria UEG, que ocorre anualmente. As análises comprovam a real necessidade da UEG repensar a oferta das licenciaturas, com mudanças radicais, seja no sentido de redução dos cursos ou altos investimentos que possivelmente irão além do planejamento orçamentário, para garantir a qualidade.

Palavras-chave: Indicadores de Qualidade. Enade. Autoavaliação.

Introdução

A concepção de qualidade traz uma complexidade que não se traduz apenas em serviços e resultados. A subjetividade do termo induz a infindáveis concepções, sem permitir um conceito pronto e acabado. Diante das dificuldades de definição que envolve o tema, vários autores trazem reflexões sobre o lugar da qualidade na educação superior, tendo como fim, a avaliação. Porém, esta não acontece se não houver ações conduzidas pelas competências e habilidades dos gestores.

Para o significado e/ou sentido da qualidade esperada neste âmbito, existem olhares divergentes. A busca da qualidade pode ser condicionada à cultura avaliativa para o desenvolvimento do processo de autoconhecimento e à sensibilidade dos gestores para a tomada de decisões em relação às mudanças necessárias em seu planejamento.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás

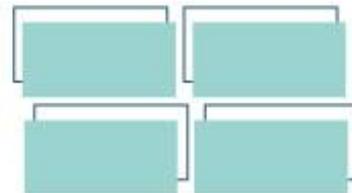


A conscientização para a importância do processo avaliativo tem que estar presente em todos os segmentos da comunidade acadêmica, porém, com muito mais intensidade entre os gestores, que devem permitir a realização e a continuidade desse processo para que se definam novos rumos a partir dos resultados obtidos” (BOTELHO, 2016, p. 229).

A Constituição Federal de 1988, no art. 209 (que trata das condições de funcionamento dos cursos), incorpora a necessidade de autorização e avaliação da qualidade pelo Poder Público. A qualidade, para além da regulação, prevaleceu e adquiriu maior destaque, por meio dos dispositivos legais: (1) Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96); (2) Lei nº 10.172/01, que instituiu Plano Nacional de Educação (PNE), alterada pela Lei nº 13.005/2014; (3) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Neste contexto, é preciso lembrar que as Instituições de Ensino Superior (IES) dos sistemas estaduais ou municipais são diferenciadas no sistema de avaliação e não foram contempladas nesses documentos, por estarem jurisdicionadas aos Conselhos Estaduais de Educação (CEE). No entanto, essas podem fazer (e muitas fazem) a opção por participarem do Exame Nacional de Estudantes (Enade).

Conhecer a qualidade dos cursos ofertados pela UEG, levando em conta a sua dimensão, tanto em número de cursos quanto total de Câmpus¹, tornou-se um desafio. Este estudo teve então, como objetivo geral, a análise dos resultados de avaliação dos cursos ofertados nesta Instituição, pautando-se nos Relatórios emitidos pelo INEP, estendendo-se ainda aos resultados do Processo de Autoavaliação ou Avaliação Interna, após cada ciclo avaliativo. Como recorte temporal optou-se por analisar os relatórios de todos os ciclos avaliativos ocorridos entre 2005 e 2017, identificando todos os cursos que obtiveram no período definido, os conceitos “1” e “2”, considerados os mais frágeis e que, conseqüentemente precisam de um olhar

¹ A UEG possui 41 Câmpus localizados em todas as regiões de planejamento de Goiás, com a oferta de bacharelados, licenciaturas e tecnológicos. No entanto, na maioria dos Câmpus localizados no interior, a oferta de cursos limita-se às licenciaturas.



mais criterioso e os conceitos “4” e “5”, considerados os mais elevados, caracterizando assim como cursos de qualidade.

Material e Métodos

Pretendia-se caracterizar dois cursos que obtiveram no ENADE, conceito “4” e/ou “5” e “1” e/ou “2”, no período compreendido entre 2005 e 2017, observados, preferencialmente a diversidade das grandes áreas de conhecimento. Portanto, excetuou-se ao levantamento, apenas os cursos em que, durante todos os períodos avaliativos, apresentaram a nota 3, independente da sua modalidade. No entanto, surgiu a curiosidade de conhecer todos os resultados dos cursos que obtiveram as faixas definidas neste estudo. Para tanto, redefiniu-se, em substituição às grandes áreas de conhecimento, os ciclos avaliativos², definidos pelo INEP, que ocorre a cada três anos. Sendo assim, optou-se por três grupos, sendo avaliados:

GRUPO 1 - Anos: 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017.

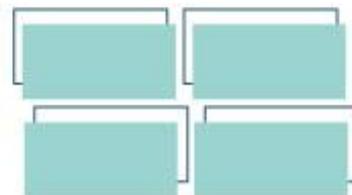
- Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes e áreas afins;
- Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes;
- Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas³;

GRUPO 2 - Anos: 2006, 2009, 2012 e 2015.

- Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins;
- Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas;

² O Ciclo Avaliativo do Enade determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados.

³ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>. Acesso em: ago. 2019



- Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design⁴.

GRUPO 3 - Anos: 2007, 2010, 2013 e 2016.

- Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes e áreas afins;
- Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes;
- Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas;
- Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial⁵.

Tomando por base estes critérios, foram consultadas todas as Planilhas emitidas pelo INEP, no período entre 2005 e 2017, cujos resultados se referiam ao Enade, a diferença entre Índice de Desempenho Esperado (IDD) e o obtido e Conceito Preliminar de Curso (CPC) de cada ciclo avaliativo. No entanto, no ano de 2005 foram encontrados dados apenas do Enade, considerando que os demais indicadores só passaram a ser utilizados a partir do ano seguinte. Por este motivo, os poucos dados encontrados, referentes ao ano de 2005, foram descartados, iniciando-se as análises referentes ao ano de 2006 como ponto de partida para as respostas esperadas.

Resultados e Discussão

Seguindo os critérios desta proposta de estudo sobre os cursos ofertados pela UEG, aqueles que se caracterizam como de qualidade apresentam, no mínimo, em três círculos avaliativos os conceitos máximos “4” ou “5”, permitindo estabelecer um quadro comparativo com aqueles considerados com baixo desempenho “2” ou “1” e que assim, precisariam melhorar a sua avaliação.

⁴ Idem

⁵ Idem



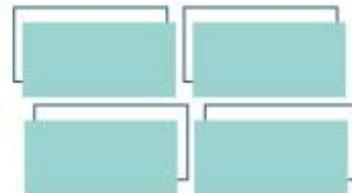
As licenciaturas foram avaliadas nos ciclos de 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017. Entre os 83 cursos avaliados do Grupo 1, apenas cinco não apresentam nota mínima em nenhum ciclo. No entanto, oscilam entre a nota média “3” ou considerada boa a nota “4”. Em contrapartida os de baixo desempenho na avaliação correspondem ao percentual de 61% de cursos. O curso considerado com pior desempenho foi de Licenciatura em Letras, ofertado por um dos Câmpus da UEG, que apresentou a nota “1” ou “2” em todos os ciclos avaliativos. No caso da obtenção de baixos conceitos por dois ciclos avaliativos, os cursos devem passar obrigatoriamente pelas Comissões Verificadoras⁶, para seus reconhecimentos e suas renovações.

Merece atenção especial os dois últimos ciclos avaliativos das licenciaturas (anos 2014 e 2017).

Dos 83 cursos avaliados no ano de 2014, o conceito “2” ou “1” foi registrado em 42,16% dos cursos, que não conseguiram se recuperar e permaneceram com o mesmo conceito em 2017. Observou-se, ainda, que do total de cursos avaliados naquele ano, apenas dois foram bem avaliados com os conceitos “4” ou “5”. No entanto, no ano de 2017, ambos caíram para o conceito “2”. Esta queda na avaliação precisa despertar um olhar aprofundado por parte dos gestores daquelas localidades e dos cursos, a fim de entenderem o ocorrido e reverem o planejamento para a recuperação dos conceitos.

O relatório referente ao ano 2017, registrou a pior fase das licenciaturas da UEG, quando esta apresentou o maior percentual da sua história (71,08%) com cursos considerados sem qualidade acadêmica para serem ofertados em uma universidade. Ressalta-se que apenas seis cursos (7,22%) de licenciatura obtiveram o Conceito “4” e os demais cursos (21,7%), sendo 19 de um total de 25, com conceito médio “3”. Os resultados desse ano servem de alerta para a necessidade de uma análise aprofundada por parte dos gestores responsáveis pelo ensino de graduação na UEG, no sentido de identificar as causas que levaram tantos cursos a terem tão baixo

⁶ Considerando que a UEG é uma instituição estadual, as avaliações externas competem ao CEE.

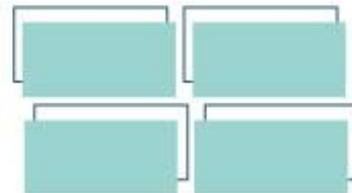


desempenho no Enade, principalmente, considerando que todos eles, em determinado período, apresentaram resultados considerados pelo menos medianos, ou seja, Conceito “3”.

Os resultados apresentados demonstram a grande necessidade da UEG repensar suas licenciaturas, tomando por base os resultados do Enade. Ademais, considerando que todos os Relatórios de Autoavaliação, realizados no decorrer do período proposto, sinalizam as fragilidades existentes na oferta dos seus cursos, não se torna difícil identificar as necessidades de reestruturação das licenciaturas na UEG.

Diante dos resultados apresentados pelo INEP, surge um questionamento: que providências devem ser tomadas em relação às licenciaturas ou aqueles cursos avaliados no âmbito dos bacharelados, se as baixas avaliações persistem a cada ciclo avaliativo? Certamente que este não é um olhar que cabe apenas aos gestores locais, mas, principalmente, à Pró-reitoria de Graduação e Gerência de Avaliação Institucional. Percebem-se que algumas ações são desenvolvidas às vésperas do Enade, no sentido de sensibilizar os estudantes para a importância da participação e responsabilidade durante, não somente à realização da prova, como também ao responder o questionário sócioeconômico que vai compor a nota do CPC. No entanto, essas ações podem não resolver, visto que os resultados do exame devem emergir como consequência de um processo que deve ser desenvolvido durante todo o período do curso, ou seja, do ingresso à conclusão.

Passando para o Grupo 2, com 13 cursos avaliados (2006, 2009, 2012 e 2015), percebe-se que, de maneira geral, estão com seus níveis de qualidade muito além das licenciaturas ora ofertadas. Não se depara com nenhum curso que caracterize como de baixo desempenho pela oferta de notas baixas (1 e/ou 2), seguidamente. Entretanto, merecem cuidados e acompanhamento os cursos que apresentam queda seguida nos seus conceitos (5, 5, 4, 3), ainda que não tenham atingido as notas consideradas mínimas. Os gestores estejam atentos para o que possa estar acontecendo e, imediatamente, buscarem soluções para evitar situação que, por ventura, venha denegrir a imagem do curso e/ou da instituição. Para estes



cursos, sugere-se a observação criteriosa dos relatórios de autoavaliação que trazem o olhar da comunidade acadêmica sobre o Câmpus, bem como o de cada curso ali ofertado, que sinalizam claramente as suas fragilidades.

Tem-se neste grupo, como destaque de qualidade, os cursos de Farmácia e Fisioterapia que participaram de quatro ciclos avaliativos com a obtenção dos melhores conceitos, seguidamente. Por outro lado, o curso de Educação Física apresentou baixo resultado no primeiro ciclo e não apresentou nenhum resultado nos demais períodos, não possibilitando portanto, uma análise quanto à sua qualidade.

Dentro do período proposto para a pesquisa, o Grupo 3 envolveu 18 cursos em 4 ciclos avaliados. Dentre esses, nenhum atingiu a nota mínima em dois dos ciclos avaliativos, seguidos ou não (2007, 2010, 2013 e 2016). No entanto, na última avaliação, quatro cursos com excelentes conceitos regrediram em relação aos seus resultados anteriores, chegando à nota “2”, o que já é um alerta para o ocorrido.

Neste grupo, apenas o curso de Administração desponta com grande destaque, tendo obtido conceitos mais altos em todo o período avaliativo. Em contrapartida, o percentual de cursos com baixa avaliação em um ou outro indicador (Enade, IDD ou CPC) atingiram 95,5%, o que leva também, a exemplo dos cursos do Grupo 1, terem que passar por análise criteriosa dos resultados apresentados, para que haja equilíbrio ou melhoria dos mesmos.

Os relatórios dos cursos apresentados pelo INEP revelam, por meio dos seus resultados, que os gestores podem exercer papel fundamental no desenvolvimento de ações para a busca da qualidade que, conseqüentemente, interferirão nos resultados do Enade e do CPC, principalmente.

Em relação aos Relatórios de Autoavaliação consultados, os investimentos na divulgação e socialização das atividades da UEG junto à comunidade acadêmica, bem como, para a comunidade externa, são reivindicações permanentes. Para tanto, é necessário criar ações de divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UEG, no âmbito interno dos setores.

REALIZAÇÃO



As atividades de atendimento aos discentes, principalmente a socialização dos Editais de Bolsas da UEG, são pontos abordados em todos os relatórios, reforçando a necessidade de políticas de permanência dos discente, bolsas estudantis (revisão de valores e critérios de concessão das mesmas), construção de restaurante universitário nos Câmpus, construção/aluguel de casa na qual os(as) estudantes que necessitam possam morar/pernoitar em dias letivos, viabilizando assim a sua permanência nos cursos, considerando as distâncias de vários Câmpus em relação às suas residências.

Outro aspecto abordado refere-se à carga horária das disciplinas, em função da semestralidade de oferta das mesmas, que tem-se mostrado insuficiente, bem como a carga horária mínima a ser ministrada no ensino, demonstrando prejuízos para a pesquisa e para a extensão em razão do quadro reduzido de docentes efetivos.

Existe por parte dos docentes envolvidos nos cursos, de qualquer modalidade, a alegação que falta infraestrutura para a busca da qualidade, afirmação esta identificada nos Relatórios de Autoavaliação consultados. No entanto, esta é uma alegação que vai afetar diretamente o CPC. O Enade – exame que avalia o desempenho dos estudantes, é composto por uma prova objetiva de avaliação de conteúdo, sendo uma parte composta por questões sobre Formação Geral (FG) considerada a bagagem de conhecimento que o ingressante traz do ensino médio, mais o adquirido nas disciplinas de núcleo comum ou modalidade, durante o curso. A segunda parte é avaliado o Conhecimento Específico (CE), composto por conteúdos específicos de acordo com cada área de conhecimento. A nota final do curso depende do desempenho dos estudantes concluintes nestes dois Componentes - Conhecimento Específico e de Formação Geral e a nota obtida no IDD. A nota do ENADE é definida, ainda, pelo IDD, atribuído quando da comparação com o universo de cursos avaliados (Média Brasil). O resultado sofre a influência, desde 2012, da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que cada concluinte da educação superior, ao ser avaliado, tem em seu currículo. Estes são os pontos que contribuem para a construção da nota do ENADE.



Ressalta-se que não tem como, aqui, abordar todos os aspectos considerados como fragilidades e/ou potencialidades da UEG. No entanto, todos os pontos contemplados nos relatórios sobre a avaliação, são de igual forma abordados no questionário sócio-econômico do Enade, comprovando desta forma a interligação dos componentes de avaliação institucional, da avaliação interna à avaliação de larga escala.

Considerações Finais

As análises deste estudo revelam que somente com o desenvolvimento da percepção por parte dos gestores, sobre, em especial, as fragilidades que envolvem a UEG, é preciso, no menor prazo possível, repensar a instituição, considerando a disparidade quantitativa de cursos com baixos conceitos, principalmente entre as licenciaturas, conforme pode ser comprovado pelos resultados expressos nos relatórios amplamente divulgados pelo INEP.

Os bacharelados apresentam melhor cenário, para o que, pode ser levado em conta a infraestrutura e grande parte do corpo docente, que além de efetivo, conta com titulação obtida em pós-graduação em nível *stricto sensu*.

As fragilidades da UEG, aqui apresentadas, podem ser entendidas como um rumo tomado predominantemente pelo seu foco quantitativo, esquecendo-se do olhar qualitativo no decorrer da sua história, que deveria ser orientado pela qualificação da instituição e do sistema, por meio de mecanismos e processos cuja promoção voltasse para a compreensão e o desenvolvimento institucional, principalmente, no que diz respeito às licenciaturas. É preciso, portanto, superar as fragilidades e evidenciar as potencialidades nitidamente apontadas em cada relatório consultado, durante todos os períodos de busca deste estudo.

Pela sua expansão, com 41 câmpus, a UEG fica impossibilitada de grandes investimentos que poderiam ser concentrados, levando em conta a sua fragmentação com a distribuição regional, o que a torna frágil diante dos indicadores de avaliação

REALIZAÇÃO



da qualidade de uma IES. Não se tem aqui a intenção de concordar com a redução de cursos ou Câmpus, considerando o perfil de interiorização que a UEG traz em sua história, mas de se reorganizar. No entanto, criar cursos ou Câmpus aleatoriamente, sem planejamento e orçamento, não assegura a qualidade necessária para garantir a formação de docentes, reverberando a inexistência de qualidade na formação dos discentes na educação básica.

Referências

BOTELHO, A. F. **Intencionalidades e efeitos da auto avaliação institucional na gestão de uma universidade multicampi**. 381f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação, Brasília, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Planilhas de resultados do Enade - INEP, 2007 a 2017**. Disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>. Acesso em: 2017 / 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. **Relatórios de autoavaliação – Anos base 2007 a 2017**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, Gerência de Avaliação Institucional, Comissão Própria de Avaliação, 2007 a 2017.

REALIZAÇÃO

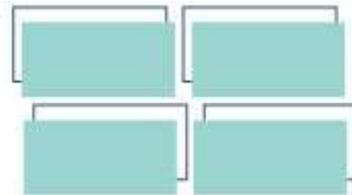
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



UNIVERSIDADE E INCLUSÃO: A BUSCA PELA CONSOLIDAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA A DIVERSIDADE

Marlene Barbosa de Freitas Reis* Pesquisador (PQ), marlenebfreis@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás.

Resumo: O presente texto apresenta reflexões decorrentes de resultado de pesquisa¹, desenvolvida na UEG. Tem como objetivo identificar as principais barreiras existentes no ensino superior que dificultam a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, ou outra condição que gera necessidades específicas. A pesquisa é de cunho qualitativo e tem como referencial teórico Reis (2013), Perini (2006), Lima (2005), dentre outros. Os resultados apontam que pouco ainda se tem discutido sobre a inclusão no ensino superior; que a inclusão dos discentes com deficiência, representa um dos maiores desafios para a universidade, em especial para a UEG em que barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas ainda são bem visíveis.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Educação Superior, educação especial.

Introdução

O presente trabalho teve como objetivo, identificar as principais barreiras existentes no ensino superior que dificultam a permanência e a aprendizagem dos alunos que possuem alguma dificuldade cognitiva ou física. Inicialmente, a fim de situar o leitor, trazemos a concepção de inclusão que norteia este trabalho. Nos pautamos em Reis (2006, p. 41), ao defender que

[...] a **inclusão** propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem tipos de condição atípica. É a valorização do ser humano e aceitação das diferenças individuais como

¹ Projeto de pesquisa "As Políticas de Diversidade e Inclusão no Ensino Superior: Educação Especial e Letramento Digital numa Perspectiva Inclusiva (Cadastrado no Sistema Athena da Universidade Estadual de Goiás – UEG para o período de agosto/2018 a julho/2020). Disponível em: <https://www.adms.ueg.br/athena/modulos/projeto/visualizar-projeto.xhtml?cid=1>. O projeto contou com a participação de 04 acadêmicas de Iniciação Científica, sendo: 01 bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, quota do CNPq - PIBIC/CNPq; 01 bolsista de Iniciação Científica - BIC/UEG; 02 Iniciação Científica voluntária -VIC/UEG. Foi desenvolvido em parceria com o Grupo de Estudos e pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão – GEPEDI/ UEG, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, CNPq. Espelho: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/662127>

REALIZAÇÃO

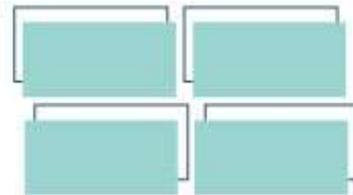
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



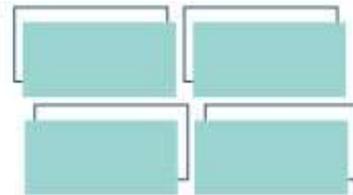
um atributo e não como um obstáculo e todas as pessoas devem ser incluídos, sem exceção, para que possam desenvolver-se exercer plenamente sua cidadania (grifo da autora).

Compreendemos, com base nas considerações da autora supracitada, que inclusão, é para todos os estudantes, sem distinção. Atualmente os debates e estudos epistemológicos estão tendo como categoria central, a diversidade, e alguns esforços vem ganhando corpo para que as questões com respeito às diferenças ocorram em todos os ambientes sociais.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) podemos encontrar o seguinte: “o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.16). Nesse sentido a universidade precisa ser pensada como uma instituição importante para a disseminação de conceitos que valorizem a troca de experiências e a luta pelo direito e reconhecimento das diferenças, necessita olhar para suas próprias diretrizes e práticas, no intuito de vislumbrar as barreiras que ainda permeiam as academias e que dificultam a inclusão de todos os estudantes.

Isso fundamenta e justifica a necessidade desse trabalho que visa identificar as principais barreiras existentes no ensino superior, barreiras estas que dificultam a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, ou outra condição que gera necessidades específicas, com possibilidades de contribuir com as políticas públicas e as práticas pedagógicas inclusivas na universidade.

Para melhor situar o leitor, salientamos que este texto, traz os resultados e discussão em duas seções: a primeira construímos arcabouço teórico sobre inclusão e educação especial e na segunda, discutimos os resultados da análise documental e da pesquisa empírica com dados que apontam a emergência da necessidade de



redimensionar conceitos e práticas para que a UEG se torne, de fato, uma universidade inclusiva.

Resultados e Discussão

Em relação à pesquisa empírica, nos ancoramos na abordagem qualitativa, pois de acordo com Ludke e André (1986), “o estudo qualitativo [...] é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 18).

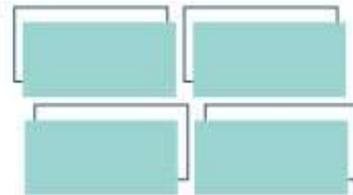
Optamos, como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada para conhecer a realidade da UEG em relação a inclusão. De acordo com Flick (2013),

As entrevistas semiestruturadas têm atraído interesse e passaram a ser amplamente utilizadas. Este interesse está associado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário (FLICK, 2013, p.143).

Inicialmente, realizamos entrevista com a equipe gestora do Núcleo de Acessibilidade Aprender sem Limites – NAASLU/UEG e na Unidade Inhumas da UEG.

A pesquisa realizada no NAASLU, ocorreu em outubro de 2018, por meio de um roteiro de entrevista com o objetivo de conhecer a estrutura e o trabalho que o Núcleo desenvolve no âmbito da inclusão. Obtivemos várias informações, dentre as quais cabe aqui mencionar que o Núcleo de Acessibilidade faz parte de uma estrutura maior que é a Coordenação de Direitos Humanos e Diversidade - CDHD que está organizada com mais dois outros núcleos: o de Direitos humanos e o de raça/etnia e diversidade. Desde a sua criação institucional em 2013, oferece seus serviços de apoio, acompanhamento, formação, e assessoria na Pró Reitoria de Graduação, onde está sediado na administração da UEG.

REALIZAÇÃO

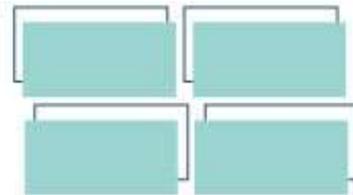


Foi nos relatado ainda sobre o acompanhamento especializado por parte dos docentes de apoio junto aos discentes acompanhados, mas não trabalham com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma direta com os discentes com necessidades específicas, assim como na educação básica. Essa função, segundo o coordenador do Núcleo, é dos professores de apoio junto aos professores titulares, aos coordenadores de curso e coordenadores, assessores/o pedagógicos. Entretanto sempre que requisitado membros da equipe CDHD vão *in loco* para orientação, suporte psíquico pedagógico e acadêmico. Foi relatado ainda, à época da entrevista, que o NAASLU possui também um seminário anual de formação sobre a acessibilidade, diversidade e direitos, em conjunto com as quatro instituições parceiras de Ensino Superior Públicas de Goiás.

A pesquisa de campo realizada na UEG/Inhumas no mês de maio de 2019, contemplou dois acadêmicos: a aluna “A” do curso de Letras (sétimo período), possui deficiência intelectual leve, ingressou no curso pelo vestibular comum e não contou com nenhum tipo de recurso; recebeu um apoio no ano de 2018 para auxílio das atividades e interpretação do conteúdo, porém a professora entrou de licença e não teve como contratar outra profissional para o devido acompanhamento. Porém a acadêmica relata que não sente necessidade de um apoio, somente na Língua Inglesa um apoio seria bem vindo; nas demais disciplinas não há mais necessidade, que ao longo do curso ela se desenvolveu bastante. Relatou também que sua maior barreira, que era a de falar nos momentos das apresentações orais foi superada. A acadêmica entrevistada acredita que a inclusão na UEG precisa ser trabalhada de uma forma mais ampla para os demais acadêmicos que necessitam de auxílio e não possuem laudo e que as instalações precisam ser avaliadas também, pois caso apareça um estudante com dificuldade na locomoção a universidade não estará preparada para recebê-lo.

O aluno entrevistado “B” cursava à época da entrevista (2019) o primeiro período de Pedagogia, escolheu a UEG por ser uma universidade pública e estar

REALIZAÇÃO



localizada na cidade onde reside. Entrou por meio do vestibular comum, na terceira tentativa de ingresso. Segundo seu relato, a maior barreira que ele enfrenta é a burocracia para provar que é surdo, e necessita urgentemente de um intérprete, pois não está recebendo nenhum apoio no momento. Para ele, esse apoio é de suma importância, pois as aulas ocorrem, na maioria das vezes, com explicações orais e ele não consegue acompanhar; faz leitura labial, mas ainda assim é muito pouco para garantir seu desenvolvimento. Percebemos que não há acessibilidade comunicacional para este acadêmico na universidade, além da dificuldade para contratar pessoas especializadas para exercer o acompanhamento do acadêmico. Além disso, existe a dificuldade de comunicação com os próprios colegas de sala de aula que não aprenderam a utilizar a Língua Brasileira de Sinais - Libras para que ocorra a interação social, grande barreira a ser também superada.

A Lei nº 13.146 do ano de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assevera que a Libras deve ser considerada como primeira língua para as pessoas surdas e que a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes de Libras não é opcional, mas obrigatória. A referida lei prevê o direito a professores para o atendimento educacional especializado, de guias-intérpretes e de profissionais de apoio no ensino inclusivo em todos os níveis (BRASIL, 2015). No entanto como observamos nos dados apresentados, a universidade ainda enfrenta muita dificuldade na contratação desses profissionais, uma vez que não existem disponibilidades de códigos de vaga específicos para atendimento no ensino superior, criando uma impossibilidade de se garantir o direito dos alunos público alvo da educação especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva norteia ações de educação inclusiva em todos os níveis de ensino e amplia o texto no que se refere ao Ensino Superior, afirmando que:

REALIZAÇÃO

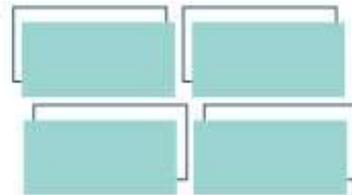
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção de acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p.11).

Nesse contexto vale ressaltar que o professor é um agente fundamental no processo de inclusão. O professor necessita ser provocado para essas mudanças e que este receba uma formação que seja constituída de reflexiva crítica sobre uma prática pedagógica permanente para a diversidade.

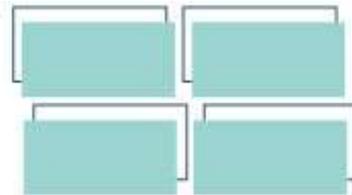
Perini (2006, p. 11) ao estudar alunos com deficiência das universidades do estado de Goiás, afirma que:

Não se pôde constatar a inclusão de deficientes no Ensino Superior. Os jovens, que estão neste seguimento de ensino, contam com a ajuda de seus familiares e travam uma luta desigual com aqueles que se julgam normais. Apesar disso, estes se sentem agradecidos por estarem no espaço universitário e, ao buscarem reconhecimento pelos seus esforços, tornam-se compreensíveis com as atitudes preconceituosas a que são submetidos.

Essa afirmação nos mostra o quão difícil é para esses estudantes, permanecer na instituição, pois as barreiras são visíveis, sendo elas, estruturais ou pedagógicas, sem falar das barreiras atitudinais que elucidam explicitamente a questão do preconceito e da normalização.

Alguns pesquisadores vêm construindo uma conceituação mais consistente das barreiras atitudinais. Lima e Tavares (2008) conseguem produzir uma definição clara e objetiva das barreiras atitudinais:

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos



e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos (LIMA; TAVARES, 2008, p. 104).

Inferimos que nas barreiras atitudinais está a raiz de todas as demais barreiras, comunicacionais, informacionais, educacionais e arquitetônicas. E que estas, impedem as pessoas com deficiência de ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Entendemos que essas questões precisam ser matéria de pauta da universidade, pois são assuntos imprescindíveis para que a educação inclusiva se materialize nesse âmbito. As políticas, informações e orientações não são suficientes para a mudança de atitude dos educadores e dos alunos frente às pessoas minorizadas, seus alvos potenciais. O preconceito é uma defesa que impede a experiência e se interpõe no relacionamento, além de produzir uma falsa generalização que rejeita argumentos vindos do contato com a realidade externa (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; CROCHÍK, 1997).

Considerações Finais

A participação na pesquisa contribuiu para ampliar conhecimentos científicos e trocas de saberes advindos das reuniões semanais do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (GEPEDI), realizadas na UEG, em que foram discutidos diversos textos, de autores que foram de suma importância para alavancar nossos conhecimentos sobre inclusão.

A pesquisa nos possibilitou conhecer alguns dispositivos legais que orientam a educação inclusiva desde a década de 1990 onde foi possível identificar modificações que foram ocorrendo nas políticas públicas e na busca dos direitos e equidade, sobretudo na universidade.

REALIZAÇÃO

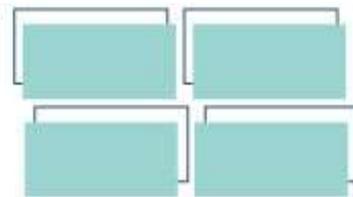
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



As leis não garantem a inclusão na prática das instituições de ensino e a concretização da inclusão requer, a normatização de documentos, no entanto se não houver gestores e uma comunidade acadêmica sensível aos direitos de todos, teremos uma falsa inclusão. Em relação ao foco do nosso estudo, percebemos que a UEG, dispõe de documentos normativos que poderiam subsidiar a inclusão, no entanto, o que a nossa pesquisa comprova, é uma pseudoinclusão na UEG, em virtude de várias barreiras que foram identificadas, mesmo que forma rasa na pesquisa realizada. Por isso, consideramos que estudos mais aprofundados ainda podem contribuir para revelar o sentido da inclusão no ensino superior.

Essas barreiras, são explícitas. Entre elas, observamos que os acadêmicos não demonstram empenho para se comunicar com o colega Surdo, e como não tem intérprete para esse estudante, a comunicação dele não acontece e conseqüentemente, o que vemos é uma situação de descaso do estado para com a garantia dos direitos desse estudante.

Barreiras atitudinais, pragmáticas em que observamos no já mencionado anteriormente e no preconceito ainda existente nas relações acadêmicas no ambiente acadêmico. Além das barreiras arquitetônicas, pois a estrutura do espaço físico é deficiente e não atende as normas brasileiras de acessibilidade.

De fato, a inclusão possibilita um olhar sensível e reflexivo sobre a diversidade, pois, como afirma Lima (2005), a inclusão, não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua, concreta e francamente. Nesse sentido, a universidade precisa rever seus posicionamentos legais na prática.

Desse modo, o papel social da universidade é fundamental. Ela não pode ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático.

REALIZAÇÃO

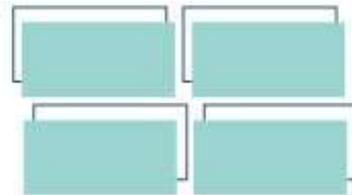
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Referências

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969, 1985.

BRASIL. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei N. 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República Federativa do Brasil, 2015.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LIMA, F. **Mitos e pré-conceitos em torno do aluno com deficiência na escola regular e na escola especial**. Mimeo, 2005.

LIMA, F. J. de; TAVARES, F. S. S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In SOUZA, Olga Solange Herval (org.). **Itinerários da Inclusão Escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Porto Alegre: AGE, 2008.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PERINI, T. I. **O processo de inclusão no ensino superior em Goiás: a visão dos excluídos**. 2006 (121 f.) Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2006.

REIS, M. B. de F. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

REIS, M. B. de F. **Educação inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Descubra, 2006.

REALIZAÇÃO

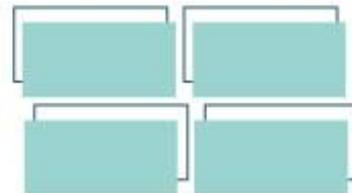
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



INVESTIGAÇÃO SOBRE ECONOMIA DE ÁGUA EM RESIDÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA MINAS GERAIS.

Aurea Messias De Jesus¹, Ana Paula Santos da Silva², Rivia Arantes Martins³, Agaone Donizete Silva⁴

¹Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba/Curso de Engenharia Elétrica (PQ)*

²Universidade Federal de Uberlândia/Programa de Pós-Graduação de Ensino de Ciências e Matemática (PG)

³Secretaria da Educação Básica do Estado de Minas Gerais/Escola Estadual Coronel Tonico Franco (PQ)

⁴Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba/Curso e Engenharia Elétrica (PQ)

¹aurea.jesus@uemg.br

Resumo

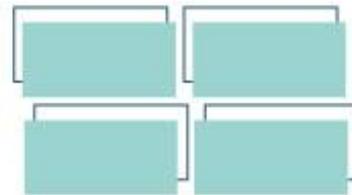
Este trabalho desenvolveu uma proposta que avaliou o consumo médio de água potável antes e depois implantação das ações sobre reutilização da água destinada ao uso doméstico nas residências de 10 famílias de diferentes bairros da cidade de Ituiutaba – MG. A metodologia utilizada para avaliação dos dados obtidos foi uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os levantamentos de dados foram desenvolvidos por pesquisa ação. A metodologia foi dividida em três etapas. Na primeira etapa a pesquisadora identificou os problemas vivenciados pela comunidade. Na segunda etapa, foi elaborado um projeto com ações para solução do problema. Na terceira etapa foram avaliadas as mudanças ocorridas após o projeto. Na terceira etapa chegamos a conclusão que consumo médio geral de água por família foi de 3.957 litros por semana e de 15.828 litros mensal, considerado 30% acima do que é permitido na resolução NBR 5626 para volume de gasto diário que é de 200 litros por pessoa.

Palavra Chave: Água doce; Consumo da água; Sistema de reutilização; Economia.

Introdução

A água é a substância mais comum do planeta, considerada como solvente universal devido suas propriedades físicas e químicas. Ela é encontrada na composição dos seres vivos e de diversas substancias, considerada a substância essencial para os processos e atividades humanas. Apesar da dessa substancia cobrir a maior parte da superfície de nosso planeta, ela é salgada, apenas um percentual muito pequeno dessa água é constituído por água doce. Os recursos hídricos

REALIZAÇÃO



disponíveis para as atividades e processos dos seres humanos estão cada vez mais escassos devidos ao seu uso desregrado. De acordo com Gonçalves (2009, p.22):

A sustentabilidade da água está colocada na pauta de discussão mundial como um grande desafio da atualidade e que deve se agravar nas próximas décadas. No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9433/97, estabelece entre seus objetivos “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”. Não obstante, aumentam de maneira rápida as regiões e os países onde o desenvolvimento econômico, o crescimento populacional e o surgimento de enormes aglomerados urbanos exercem grande pressão sobre os recursos hídricos. A ausência de estruturas e sistemas de gestão adequados, aliados a padrões culturais incompatíveis, deixam milhões de pessoas sem o adequado acesso à água e intensificam os conflitos de uso, além de promoverem a degradação do recurso (GONÇALVES, 2009, p.22).

De acordo com a Sociedade do Sol, o volume de água doce e limpa, é menos que um por cento de toda a água disponível no planeta e está se reduzindo em todas as regiões do mundo. Pesquisas mostram que, em poucas décadas as reservas de água-doce do planeta não serão suficientes para suprir as necessidades da raça humana caso os níveis de consumo não sejam controlados desde já (INMETRO, 2007).

A crescente demanda por água tratada tem feito do reuso planejado de água um tema atual e de grande importância, principalmente na nova política nacional de recursos hídricos (MACHADO, 2004). Reuso é o processo de utilização da água por mais de uma vez, tratada ou não, para o mesmo ou outro fim. Essa reutilização pode ser direta ou indireta, decorrente de ações planejadas ou não (LOBATO, 2005).

Segundo Gonçalves (2006), o consumo de água residencial pode constituir mais da metade do consumo total de água nas áreas urbanas. Por este motivo a ideia de reutilização da água utilizado nas residências deveria ser adotada por toda a sociedade, uma vez que a água destinada para este fim representa metade do consumo na área urbana. Em decorrência desses fatores verifica se a necessidade de campanha de conscientização para evitar o desperdício da água, bem como ações pertinentes ao tema da sustentabilidade da água doce. Partindo dessa explanação,

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



o objetivo desse trabalho é avaliar o desperdício e consumo médio de água potável nas residências de 10 famílias de diferentes bairros da cidade de Ituiutaba – MG.

Material e Métodos

A metodologia utilizada para avaliação dos dados obtidos foi uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os levantamentos de dados foram desenvolvidos por pesquisa ação. O projeto foi desenvolvido durante período de abril de 2018 a março de 2019, em 10 bairros residenciais localizado na cidade de Ituiutaba, do estado de Minas Gerais. Participaram dessa pesquisa uma família dos respectivos bairros como mostra na (Figura 01). O desenvolvimento da metodologia foi realizado em 03 etapas.

A primeira etapa consistiu na identificação de um problema vivenciado pela comunidade. Para essa etapa, foi necessário realizar um levantamento junto a SAE (Superintendência de água e esgoto) sobre o gasto mensal de água destinado as residências da cidade de Ituiutaba e confeccionar relatório final com objetivo de estimar qual seria possível redução do consumo de água destinada a abastecer a residência da cidade de Ituiutaba.

Tabela 01 – Média geral de consumo de água por família antes da aplicação das ações

Registro de consumo de água (familiar)				
Bairro:		Média de pessoas por família: 04 pessoas		
Descrição das atividades		Número de vezes	Consumo litro/semana	Consumo litro/ mês
Lavanderia	Maquina de lavar roupa	2 vezes por semana	150 litros	600 litros
	Banho com chuveiro elétrico	2 vezes por dia, 12 minutos com chuveiro aberto	1540 litros	6160 litros
Banheiro	Descarga de Bacia Sanitária caixa	8 vezes por dia (6 litros/descarga)	336 litros	1344 litros
	Lavar as mãos e rosto no lavatório	12 vezes por dia por 2 minutos com torneira aberta	60 litros	240 litros

REALIZAÇÃO



	Escovar dente no lavatório	8 vezes por dia por 3 minutos com torneira aberta	336 litros	1344 litros
Limpeza em geral	Piscina	-	-	-
	Jardinagem	-	-	-
	Vassoura hidráulica	2 vezes por semana por 15 minutos com torneira aberta	558 litros	2232 litros
	Lavar automóvel ou moto	1 vez por semana por 15 minutos com torneira aberta	279 litros	1116 litros
Cozinha	Lavar louça	2 vezes por dia por 15 minutos com torneira aberta	558 litros	2232 litros
	Torneira pingando (devagar)	1 torneira com vazamento	140 litros	560 litros
Consumo total			3.957litros	15.828 litros

Fonte: A autora, 2018.

Na segunda etapa, foi elaborado um projeto com ações para solução do problema. Onde foram selecionadas aleatoriamente 10 famílias de diferentes bairros que concordaram em participar da pesquisa sobre economia de água residencial, usando processo de reutilização da água. Nessa etapa, foi necessário investigar o gasto médio de água consumida por essas famílias, através de registro dos gastos pelos próprios moradores. Essa etapa foi realizada um período de um mês. As famílias foram selecionadas aleatoriamente. De acordo com a figura 01 os bairros selecionados foram Satélite Andradina, Maria Vilela, Universitário, Lagoa Azul, Platina, Centro, Natal, Residencial Canaã 02, Novo tempo 2 e Tupã.

REALIZAÇÃO

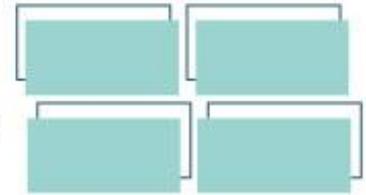
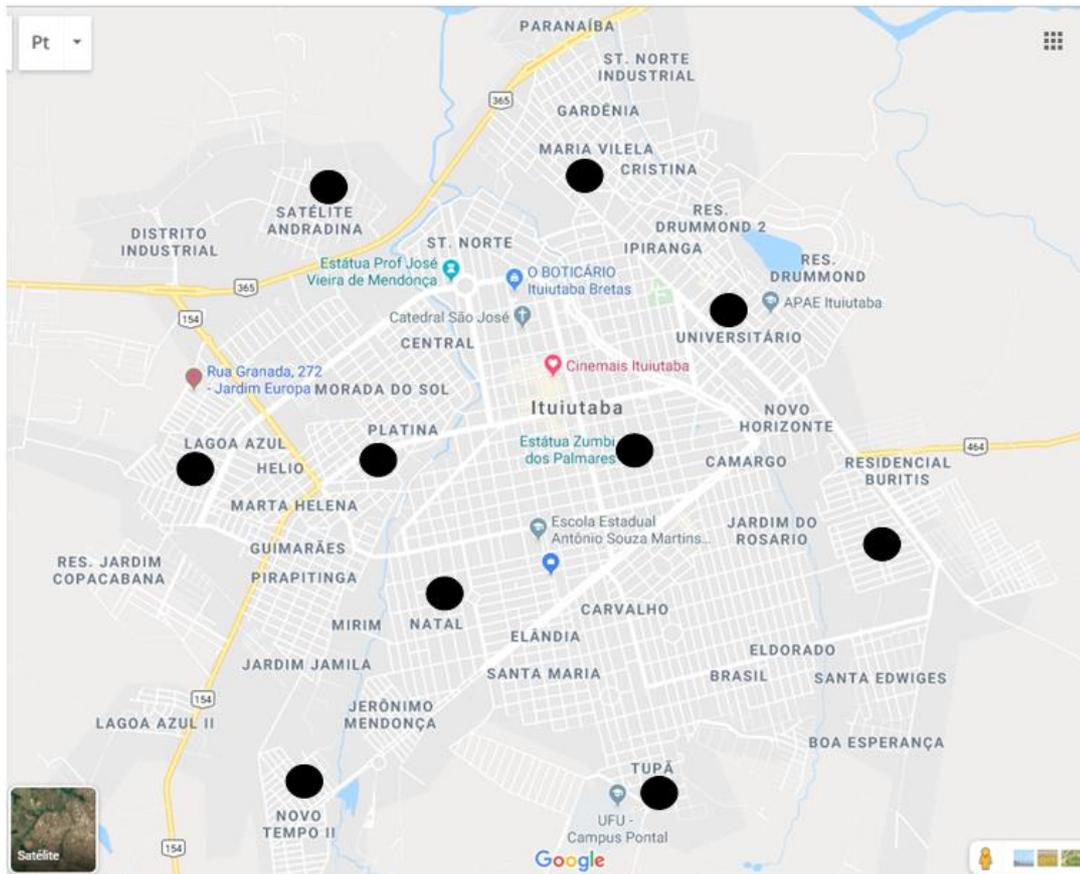


Figura 01: Bairros residenciais selecionados na cidade de Ituiutaba - MG



Fonte: A autora, 2018.

Na terceira etapa foram avaliadas as mudanças ocorridas após o projeto. Chegamos após observações realizadas na tabela 01, que o consumo médio geral de água por família antes da aplicação das ações foi de 3.957 litros por semana e de 15.828 litros mensal. Vale ressaltar que a media geral de pessoas por família de 4 pessoas. É importante frisar que, o gasto mensal por família ultrapassa a media geral do Brasil. Observa-se consumo médio geral de água é de 30% acima do que é permitido na resolução NBR 5626 para volume de gasto diário que é de 200 litros por pessoa. Entretanto, o presente trabalho é apenas uma pesquisa-ação como outras, sendo necessário justificar que toda estimativa tem uma margem de erros tanto pra maior quanto para maiores valores e não pode ser 100% confiável uma vez que os

REALIZAÇÃO

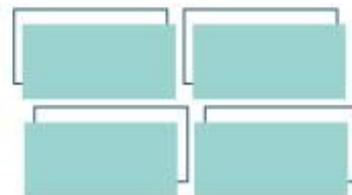
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



dados na maioria dos participantes foram sobre-estimados por não haver uma verificação diária de utilização.

A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que, um banho de 15 minutos, sem desligar o chuveiro, consome mais do que a ONU recomenda de uso de água por pessoa em um dia inteiro: 135 litros. Para a organização, 110 litros são o suficiente para “atender às necessidades de consumo e higiene”. Em um banho de 5 minutos, você gasta 40 litros de água, que é uma quantidade considerável capaz de garantir a higiene. A partir de 10 minutos, já estamos usando além do que seria o necessário para você atender as condições de higiene. Achamos que como regras gerais deveriam promover uma conscientização para que as pessoas usem a água com eficiência.

Desenvolvemos o relatório final juntas (bolsistas), ficando a etapa 2, sob minha responsabilidade. Conforme pedido de nossa orientadora.

Figura 02: Tabela informativa das tarifas de consumo disponibilizada pela SAE

RESIDENCIAL							
Consumo real (m³)	Valor anterior	Valor atual	Variação	Consumo real (m³)	Valor anterior	Valor atual	Variação
0	R\$32,86	R\$18,40	-R\$14,46	26	R\$108,10	R\$123,70	R\$15,60
1	R\$32,86	R\$20,10	-R\$12,76	27	R\$114,60	R\$130,29	R\$15,69
2	R\$32,86	R\$21,80	-R\$11,06	28	R\$121,09	R\$136,88	R\$15,79
3	R\$32,86	R\$23,50	-R\$9,36	29	R\$127,59	R\$143,47	R\$15,88
4	R\$32,86	R\$25,20	-R\$7,66	30	R\$134,08	R\$150,05	R\$15,97
5	R\$32,86	R\$26,90	-R\$5,96	31	R\$140,72	R\$157,13	R\$16,41
6	R\$32,86	R\$29,83	-R\$3,03	32	R\$147,36	R\$164,21	R\$16,85
7	R\$32,86	R\$32,75	-R\$0,11	33	R\$154,00	R\$171,28	R\$17,28
8	R\$32,86	R\$35,67	R\$2,81	34	R\$160,63	R\$178,36	R\$17,73
9	R\$32,86	R\$38,59	R\$5,73	35	R\$167,27	R\$185,44	R\$18,17
10	R\$32,86	R\$41,51	R\$8,65	36	R\$173,91	R\$192,51	R\$18,60
11	R\$36,44	R\$45,66	R\$9,22	37	R\$180,55	R\$199,59	R\$19,04
12	R\$40,03	R\$49,80	R\$9,77	38	R\$187,19	R\$206,67	R\$19,48
13	R\$43,61	R\$53,95	R\$10,34	39	R\$193,83	R\$213,74	R\$19,91
14	R\$47,20	R\$58,09	R\$10,89	40	R\$200,47	R\$220,82	R\$20,35
15	R\$50,78	R\$62,23	R\$11,45	41	R\$207,99	R\$228,39	R\$20,40
16	R\$55,70	R\$67,36	R\$11,66	42	R\$215,52	R\$235,95	R\$20,43
17	R\$60,61	R\$72,48	R\$11,87	43	R\$223,05	R\$243,52	R\$20,47
18	R\$65,52	R\$77,60	R\$12,08	44	R\$230,58	R\$251,08	R\$20,50
19	R\$70,44	R\$82,72	R\$12,28	45	R\$238,10	R\$258,65	R\$20,55
20	R\$75,35	R\$87,84	R\$12,49	46	R\$245,63	R\$266,21	R\$20,58
21	R\$80,60	R\$93,70	R\$13,10	47	R\$253,16	R\$273,78	R\$20,62
22	R\$85,85	R\$99,55	R\$13,70	48	R\$260,69	R\$281,34	R\$20,65
23	R\$91,11	R\$105,41	R\$14,30	49	R\$268,21	R\$288,91	R\$20,70
24	R\$96,36	R\$111,26	R\$14,90	50	R\$275,74	R\$296,48	R\$20,74
25	R\$101,61	R\$117,11	R\$15,50				

Fonte: SAE, 2019.



Resultados e Discussão

De acordo com o relatório anual da SAE, o consumo de água no município de Ituiutaba, apresenta uma demanda média 269,6 (litros/segundo), consumo per capita efetivo 208,3 (entregue litros/hab/dia) e uma demanda média de 8.469.739 m³ por ano com margem de erro (+/-) 12,0%. Desses 8.469.739 m³, 5.948.010 m³ /ano é um consumo autorizado, com margem de erro (+/-) 0,0%, ficando com 2.548.729 m³ /ano de perdas, com margem de erro (+/-) 40,0%.

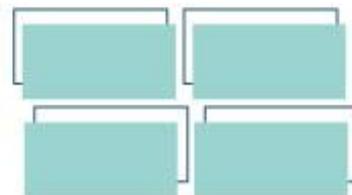
Vale ressaltar que o consumo médio de água doce por uma pessoa no Brasil é de 167,5 litros por dia, encontra partida, já o consumo médio de água registrado nas últimas 06 leituras do hidrômetro por pessoa no município de Ituiutaba é de 208,3 litros por dia. Além disso, nesses últimos registros não tem detalhado quais setores ocorre o maior consumo de água. É notável que o nível de consumo de água no município é maior que a média brasileira, tornando um problema vivenciado pela comunidade Ituiutabana.

Para sanar com o problema vivenciado pela comunidade é necessário que comunidade junto a distribuidora de água SAE, realizem ações educativas como o processo de reutilização de água destinada ao uso doméstico.

Considerações Finais

Verificou-se que o gasto por dia está relacionado diretamente com o número de pessoas por família, pois os setores de consumo de uma casa residencial são os mesmos, como por exemplo, cozinhas, lavanderias, banheiro e principalmente os cuidados com a higienização pessoal. Porém deve-se levar em conta, os vazamentos de água, problema enfrentado pelas residências avaliadas, mas também pela empresa responsável pelo tratamento de água doce. Portanto, para diminuir esse consumo desnecessário, que não depende só da ação das famílias, mas também da empresa distribuidora de água tratada. Dessa forma, vale ressaltar que, não basta

REALIZAÇÃO



realizar Educação no consumo de água tratada, mas também os envolvimento todos no desenvolvimento de projetos como por parte das empresas responsável pelo tratamento de água doce, e políticas públicas por políticos atrelada a uma educação conscientizadora voltada para questões ambientais.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que a sua maneira, colaboraram para realização deste evento, em especial ao grupo de pesquisa, extensão e ensino.

Referências

Carneiro, Gerson Luiz, and João Francisco Carneiro Chaves. "Estudo piloto para estabelecimento da vazão de conforto para consumo residencial de água na cidade de Ponta Grossa. **IV ENCONTRO DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DOS CAMPOS GERAIS**, 2008.

Organização das Nações Unidas, ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Água**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Mundial_da_%C3%81g> Acesso em 12 de março de 2018.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, INMETRO. **Meio Ambiente e Consumo - Coleção Educação para o Consumo Responsável**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/cartilhas/ColEducativa/meioambiente.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2018.

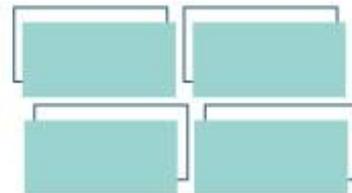
GONÇALVES, Ricardo Franci et al. Uso racional da água em edificações. **Rio de Janeiro: ABES**, v. 5, p. 352, 2006.

LOBATO, Marllon Boamorte. **Sistema de hierarquização de ações de conservação da água em edificações com aplicação do método**. 130f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Construção Civil. Curitiba, 2005.

REALIZAÇÃO



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



MACHADO, Carlos José Saldanha. **Meandros do meio ambiente: Os recursos hídricos no direito, na política, nos centros urbanos e na agricultura.** Editora E-papers, 2004.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba, **SAE.** <https://www.sae.com.br>
Acesso em: 06 de março de 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa.** Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

REALIZAÇÃO

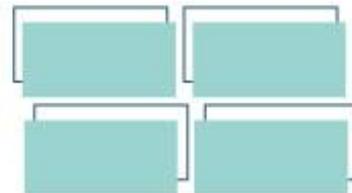
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



**Universidade
Estadual de Goiás**



Tocantins/Araguaia: natureza, história e cultura

Maria de Fátima Oliveira¹ PQ.

¹Doutora em História e docente na Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas Anápolis - UEG. E-mail: proffatima@hotmail.com

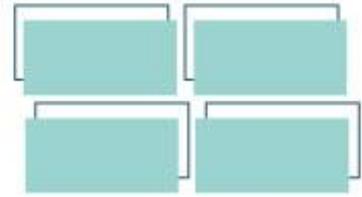
Resumo: Este artigo, resultado do projeto de um projeto de pesquisa, tem como proposta analisar uma importante fonte histórica publicada na primeira metade do século XX, mais precisamente no ano de 1919. Trata-se do diário de viagem de um juiz pelo rio Tocantins no qual o autor descreve todo o percurso da longa e demorada viagem da capital Belém (PA) até o destino final, Conceição do Araguaia, cidade localizada no sul do Estado do Pará. Por meio de sua leitura é possível perceber o cotidiano das viagens – com seus pequenos prazeres, muitas dificuldades e receios – enfrentado pelo autor com sua família, a bordo de um rústico barco. A pesquisa buscou compreender como era a vida das populações ribeirinhas das margens desses dois rios no início do século XX. A análise conta com o embasamento teórico da História Cultural, dialogando também com a História Ambiental, cujo princípio primordial é o da interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Diário de Viagem. Populações Ribeirinhas. História Ambiental.

Introdução

Esse artigo intitulado *Tocantins/Araguaia: natureza, história e cultura* tem como objetivo analisar um documento publicado em 1919. Esse documento, em forma de diário de viagem, descreve todo o percurso da longa e demorada viagem da capital Belém (PA) até Conceição do Araguaia, cidade localizada no sul do Estado do Pará. Os aspectos de maior destaque são o cotidiano das viagens, o modo de vida das populações ribeirinhas, e principalmente revelações sobre os povos indígenas. O documento apresenta também riqueza de detalhes no que se refere à natureza desses dois rios, a economia e as relações sociais no interior do país. A importância do estudo desse diário, cem anos depois, se deve ao seu caráter histórico, minuciosamente descritivo das cidades que margeiam os rios Tocantins/Araguaia e suas comunidades ribeirinhas.

REALIZAÇÃO



O texto tem como principais objetivos: contribuir para o conhecimento sobre um espaço geográfico e simbólico _ os rios Tocantins/Araguaia _ que foi e continua sendo de suma importância na História, economia e política do país; analisar minuciosamente o diário de viagem visando mostrar o importante papel que os rios desempenharam na penetração, conquista e povoamento do interior do território; investigar, a partir do relato de Manoel Buarque, quais eram e como viviam as etnias que habitavam na região na época de sua viagem; contribuir, a partir da análise do diário, com o diálogo e debate sobre a temática dos rios e cidades; compreender, pelo viés da História Ambiental, os impactos sofridos pela natureza ao longo da História; e conhecer as expressões culturais sobre os moradores das margens do Tocantins/Araguaia contidas no diário. Assim, por meio desta fonte histórica é possível compreender parte da História da população ribeirinha desses dois rios, seus costumes, alimentação, convivência com o rio, as dificuldades referentes aos meios de transportes e à assistência médica, etc.

A análise conta com o embasamento teórico a História Cultural, dialogando também com a História Ambiental, cujo princípio primordial é o da interdisciplinaridade. Nesse sentido, busca-se interlocução com outras disciplinas como, por exemplo, a Geografia, a Antropologia, a Economia, a Arquitetura e a Biologia.

Até o momento, pouco se sabe sobre o autor desse importante relato. Manoel Buarque nasceu em Belém do Pará em 1877, e após os estudos primários e secundários, matriculou-se na Faculdade de Direito, tornando-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. De acordo com o Dicionário Bibliográfico do Tocantins, ele foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Conceição do Araguaia, pelo Decreto de 09.02.1914, quando o Brasil era governado pelo Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca e o Estado do Pará comandado pelo Governador Eneas Martins. Em uma viagem que durou 128 dias, chegou a Conceição do Araguaia, no dia 13 de agosto de 1914 para exercer o cargo. Como Juiz de Direito da região, teve a oportunidade de navegar pelos rios Tocantins e Araguaia, visitando



diversos povoados e cidades às suas margens. Nessas viagens exploratórias, o juiz descreveu além dos usos e costumes dos moradores da Comarca, também sobre as populações ribeirinhas dos municípios de regiões vizinhas, como por exemplo, as de Tocantinópolis, Pedro Afonso e Porto Nacional, pertencentes atualmente ao estado do Tocantins.

Manoel Buarque permaneceu em Conceição do Araguaia até o fim de 1917, quando retornou a Belém. Seu livro foi publicado dois anos depois, em 1919, pela Imprensa Oficial do Estado do Pará. Nele, o autor emite opiniões e juízo de valor também sobre as difíceis condições de vida dos moradores, sobre a falta de políticas voltadas para esta região que, em sua opinião, embora rica em recursos naturais, era muito carente da atenção do poder público.

Material e Métodos

O estudo sobre as memórias de Manoel Buarque seguiu a seguinte orientação metodológica: em primeiro lugar foi feita uma leitura e fichamento do livro completo publicado em 1919, mostrando a visão do autor sobre os lugares por onde passou, sobre as populações ribeirinhas e sobre as diversas temáticas abordadas; em seguida, reuniu-se e analisou as diversas publicações que abordam aspectos da região desde o início do século XX, com a finalidade de evidenciar as transformações ocorridas nos rios e nas cidades que os margeiam ao longo do tempo; foram feitas leituras e diálogo com autores da História Cultural e Ambiental com o intuito de dar o embasamento teórico-metodológico à pesquisa, pois um dos pilares da História Ambiental é a questão da interdisciplinaridade, elemento de fundamental importância nesse estudo; e finalmente, análise detalhada do conteúdo do diário cotejando com outras fontes.

Para melhor compreensão da escrita da época o uso de dicionários regionais foi necessário para ajudar na compreensão do sentido das expressões da região e do período em foco.

REALIZAÇÃO



Importante ressaltar que todo o diário foi totalmente digitado com o objetivo de preservá-lo devido à sua má conservação e para facilitar o trabalho de pesquisa sem correr o risco de se perder tão rico material.

Resultados e Discussão

Ao longo dos séculos, os rios Tocantins e Araguaia têm desempenhado importante papel como caminho fluvial no processo de conquista e ocupação do interior do Brasil, mas as pesquisas e estudos sobre eles ainda são acanhadas. Esse diário de viagem oferece um conhecimento detalhado sobre os rios Tocantins/Araguaia e suas populações ribeirinhas e tem como foco principal analisar as práticas cotidianas locais, a economia, o patrimônio cultural e ambiental descritos no diário em 1919, e entender como as mudanças decorrentes dos impactos da modernização afetaram a região, a natureza e os moradores ribeirinhos no período transcorrido de um século.

Desde o início da colonização do Brasil, os rios foram, de modo geral, os caminhos naturais para o conhecimento do interior, como ocorreu também em outros países. No Brasil, foram utilizados para a penetração do território, contribuindo de forma significativa para a expansão da fronteira no período colonial e imperial, servindo-se deles tanto os religiosos em busca de povos indígenas para a catequese, quanto os bandeirantes, também no aprisionamento de indígenas e na procura por metais preciosos. Mesmo esses dois rios sendo utilizados desde o período colonial, pode-se dizer que somente a partir do século XX é que vamos ter projetos e ações concretas voltadas para o seu aproveitamento sistemático, com a construção de barragens, de eclusas e projetos de irrigação. Antes disso, houve apenas algumas políticas de incentivo e iniciativas isoladas sem resultados significativos. O aproveitamento dos rios brasileiros aconteceu de forma bem distinta e tardia, se comparada, por exemplo, com a Europa, pois, "No final do século XIX, quase todos os grandes rios da Europa tinham sido canalizados e retificados. A

REALIZAÇÃO



regularização, construção de diques, eliminação de meandros e ilhas e outras obras de engenharia foram desenvolvidas para fins diversos, como a navegação, a agricultura, defesa contra cheias e saúde pública" (SARAIVA, 1999, p. 72).

Apesar de incontestável a importância de se conhecer melhor os rios brasileiros de modo geral e o Tocantins/Araguaia em particular, as pesquisas sobre eles ainda carecem de maior atenção e incentivos, levando-se em conta a relevância de estudos desta natureza. Nesse sentido, podemos citar alguns autores que se destacam nesse campo, como, por exemplo: Sérgio Buarque de Holanda com seu livro *Monções*; Victor Paes de Barros Leonardi com *Os Historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira*; Gilmar Arruda em sua pesquisa sobre a história ambiental do rio Tibagi no Paraná; Sobre o Rio São Francisco, entre outros, destacamos Vanessa M. Brasil e Fernando da Matta Machado. E, especificamente sobre o rio Tocantins, temos as pesquisas das historiadoras Dalísia E. Martins Doles com *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*; Maria de Fátima Oliveira sobre Cidades ribeirinhas do Rio Tocantins, além do estudo sociológico de Leandro Tocantins, *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*.

No que se refere aos estudos de História ambiental, campo de investigação interdisciplinar, importantes estudos embasam a pesquisa. Worster (1991), um dos mais importantes estudiosos dessa área do conhecimento defende que a História Ambiental refere-se ao papel e ao lugar da natureza na vida do homem, pois tanto os humanos interferem na natureza como a natureza interfere na vida dos homens. No mesmo sentido, Pádua (2010), afirma que a história ambiental é, atualmente, um campo de pesquisa vasto e diversificado, com milhares de pesquisadores investigando diferentes aspectos relacionados à interação dos sistemas sociais com os sistemas naturais. Outros autores têm contribuído com os estudos ambientais, podendo ressaltar a obra organizada por José Luís Franco et al., intitulada, *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*, e a coletânea



organizada por Gercinair Gandara, *Rios e Cidades... olhares da História e meio ambiente*.

Um ponto importante a se ressaltar sobre a História Ambiental é que esse campo de estudo e pesquisa surgiu como um meio prevenir e alertar a sociedade sobre os impactos causados pelos humanos sobre o meio ambiente e como esses impactos interferem no cotidiano de cada um e conseqüentemente, também no planeta. Assim, apesar de esses rios serem vistos como “os caminhos que andam”, e terem tido significativa importância para a penetração e povoamento do interior do Brasil desde a colonização e, por longo período, ser o meio de transporte mais usado para a comunicação entre o litoral e o sertão, os usos que se tem feito deles têm resultado em impactos bastante negativos. Embora o aproveitamento dos rios para gerar energia elétrica não seja novidade, nas últimas décadas, a construção de barragens para esse fim, levando em conta os motivos ambientais, tem provocado mais polêmica que a algum tempo atrás. Desse modo, os projetos de construção de barragens no rio Tocantins têm se multiplicado, pois além das grandes barragens de Tucuruí, Lajeado, São Salvador e Peixe-Angical que já estão prontas, há outras planejadas e/ou em construção. Não há dúvida de que a construção desse tipo de barragens para produção de energia traz impactos para além de mudanças somente nos rios e no ambiente natural, geralmente esses impactos são sentidos também no patrimônio arquitetônico das cidades, na atividade ligada ao turismo e na identidade das populações ribeirinhas. Entretanto, é possível constatar que nas últimas décadas tem aumentado o interesse social pela preservação do patrimônio cultural, portanto, do meio ambiente. E é fato também que a legislação brasileira e as recomendações internacionais vêm demonstrando essa preocupação.

No Brasil, a institucionalização da Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que estabelece os princípios do desenvolvimento sustentável, representaram, sem dúvida, significativos avanços. Mas, apesar dos avanços citados, a preocupação e ações nesse sentido, precisam continuar, pois não se trata apenas de uma questão

REALIZAÇÃO

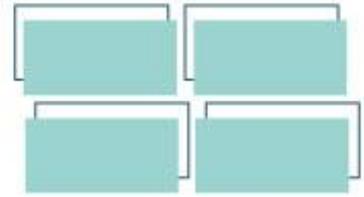
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



de lei, mais que isso, sabemos que é necessário que haja conscientização e maior disseminação e democratização das informações, por meio de ações educativas. Ou seja, um maior envolvimento de novos atores que se preocupem com a preservação é que poderá influenciar em novas práticas de preservação ambiental e exigir do poder público, a garantia de que a legislação seja cumprida na íntegra. Assim, a efetivação de sérios estudos antes de se intervir na natureza por meio de grandes projetos deve ser melhor observada, pois geralmente são esses projetos que provocam danos ao promover o deslocamentos de comunidades locais, com prejuízos ao seu patrimônio cultural e às suas vidas.

Uma pesquisa sobre o processo histórico da ocupação desses rios e das cidades de suas margens – tema que inquieta não só historiadores, mas também antropólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, ambientalistas e entidades preocupadas com seus impactos para o meio ambiente e para as populações ribeirinhas –, pode contribuir com tão importante debate, fornecendo elementos históricos para análises na elaboração e execução dos projetos de intervenção. Pode-se dizer que atualmente os debates sobre os problemas ambientais são constantes nos meios de comunicação, principalmente entre parlamentares e ambientalistas, mas faltam estudos sistematizados voltados para as questões ambientais resultantes da interferência antrópica no leito e margens dos rios. Em linhas gerais, é o que busca esse projeto: tornar públicas questões antigas no que se refere à função, utilização e costumes centenários das comunidades ribeirinhas da vasta região do Tocantins/Araguaia. Nesse sentido, acreditamos que os rios que cortam a grande região do Cerrado brasileiro ainda carecem de um estudo aprofundado no que diz respeito à sua importância enquanto via de comunicação, seu papel na conquista e fixação de populações em suas margens e principalmente sobre os impactos causados à natureza e aos povos ribeirinhos devido às intervenções realizadas por meio de grandes projetos.

Assim, o estudo tem como referencial teórico central a abordagem da História Cultural e Ambiental. Esta tem como objetivo principal investigar as relações

REALIZAÇÃO



dos humanos com a natureza, pois para um dos fundadores dessa vertente da História, “A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (WORSTER, 1991, p. 2). E aquela, como bem expressa Clifford Geertz (1989), para ajudar a compreender as relações entre os indivíduos, desvendando as teias de significados; e conforme Thompson (1998), é nas práticas culturais que se pode buscar as diversas expressões e atividades que formam a cultura de um grupo, de modo a não ocultar os múltiplos elementos inerentes às relações sociais. Conhecer e divulgar a história da exploração desses dois rios do Cerrado brasileiro, principalmente no que diz respeito aos seus usos ao longo dos séculos é um modo de contribuir para a compreensão do processo de ocupação de suas margens, das políticas adotadas para seu uso como via de comunicação e geração de energia, e dos impactos causados tanto para o meio ambiente quanto para as populações ribeirinhas a partir da efetivação desses projetos.

Até o momento, além da leitura e fichamento do diário de viagem e de textos teóricos que embasam a pesquisa, artigos estão sendo elaborados para serem apresentados em eventos científicos e para publicação, com vistas a enriquecer a historiografia regional. A pesquisa já possibilita formar um acervo de dados importantes para análises sobre as populações ribeirinhas e seus costumes no início do século XX, pois o diário de Manoel Buarque é rico em detalhes sobre o cotidiano dos moradores beira rios Araguaia e Tocantins. O estudo tem permitido também compreender a visão de um juiz sobre a situação de uma região periférica da Primeira República, pois o autor oferece muitos dados para análise e emite opinião sobre a política e economia do país no período.

Podemos ressaltar também, como resultado, um melhor conhecimento sobre uma importante região pouco privilegiada pela historiografia e que tem sido palco de inúmeras, bruscas e irreversíveis transformações. O documento oferece ricas informações sobre um espaço/tempo marcado pela invisibilidade nas grandes sínteses da História do Brasil, e desse modo, como Amado (1990), acreditamos que

REALIZAÇÃO



estudos regionais como este podem contribuir para enriquecer a história do país, fazendo aflorar aspectos específicos e singulares de regiões pouco abordadas pelos estudiosos dos grandes centros. Importante ressaltar que a digitação do diário de viagem já está sendo executada e ao finalizar a pesquisa pretende-se fazer uma reedição do diário em forma de livro, o que o tornará acessível a outros pesquisadores interessados na História dessa região.

Considerações Finais

O estudo desta fonte histórica e sua divulgação contribuem para preservar e tornar público um importante documento de pesquisa, uma memória rica, mas pouco conhecida. Até o momento alguns objetivos já foram atingidos, como por exemplo, o de conhecer as práticas culturais da região, por meio da leitura e catalogação do diário cotejando-o com outras fontes e bibliografias.

Por meio da pesquisa já é possível também destacar o importante papel que os rios Tocantins e Araguaia desempenharam na penetração, conquista e povoamento do interior do território, bem como a quase inexistente assistência por parte do poder público da época para uma região tão rica e com tantas carências e dificuldades de transporte, educação e saúde.

Sua digitação é importante para não deixar que a mesma se perca e para que no futuro possa se proceder à publicação do diário, tornando o documento acessível a outros pesquisadores que se interessem por essa temática que faz parte da História regional e do Brasil. O estudo oferece também uma ótica de análise que contribui para a compreensão de aspectos relacionados à convivência nem sempre harmoniosa entre o ser humano e a natureza.

Agradecimentos

À UEG e ao CNPQ pelas bolsas concedidas aos bolsitas que contribuíram com o projeto e muito aprenderam com a pesquisa.

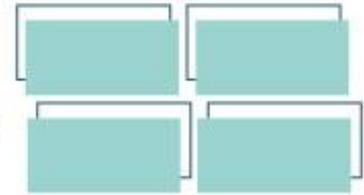
REALIZAÇÃO



Referências

- AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. (Coord.) **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, 1990.
- BUARQUE, Manoel. **Tocantins e Araguaia**. Belém: Typographia da Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- DOLES, Dalísia E. Martins. **As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.
- GANDARA, Gercinair (Org.) **Rios e Cidades... olhares da História e meio ambiente**. Goiânia: PUC, 2010.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- LEONARDI, Victor. **Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, 1999.
- MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Bibliográfico do Tocantins**. Rio de Janeiro: Master, 2001.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do Sertão: cidades ribeirinhas do rio Tocantins**. Goiânia: PUC, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- SARAIVA, Maria da Graça A. Neto. **O Rio como Paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Outrora**. Goiânia: Oriente, 1972.
- TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 4, N.8, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991.

REALIZAÇÃO



(Re)Existência camponesa na Microrregião do Meia Ponte: um olhar sobre as escolas no/do campo

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro (PQ). E-mail: janaine.carneiro@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Sudeste/Unidade de Morrinhos

Resumo: O presente resumo está vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado “Os territórios hegemônicos pelo Agrohidronegócio e as (Re)Existências: a Microrregião de Meia Ponte” desenvolvido no âmbito do Curso de Geografia (UEG/Morrinhos). Tem como centralidade refletir acerca da educação no/do campo na Microrregião como um dos elementos da (Re)Existência camponesa. Por meio da revisão teórica, do levantamento de dados e da pesquisa de campo identificou-se uma dinâmica territorial híbrida, marcada pela hegemonia do Agrohidronegócio e pela (Re)Existência camponesa. Tal (Re)Existência está presente na pluriatividade, nas políticas públicas, nas associações e cooperativas, nas práticas socioculturais e na educação no/do campo que se constitui como um dos elementos que garantem a reprodução social das famílias camponesas. É evidente que as escolas no campo existentes na Microrregião do Meia Ponte tem suas propostas e ações pedagógicas mais próximas à educação desenvolvida nas escolas de um modo geral do que uma educação voltada para os saberes e fazeres do campo, como na proposta de educação do campo. Mesmo assim, a garantia de oferta da educação no campo, se constitui como um dos elementos da (Re)Existência camponesa.

Palavras-chave: Campo. Território. (Re)Existência Camponesa. Educação no/do campo. Meia Ponte.

Introdução

O território goiano e, em específico, a Microrregião do Meia Ponte precisa ser analisada a partir da sua heterogeneidade espacial, e não apenas na perspectiva de que a territorialização do capital nas áreas de Cerrado se constitui como agente hegemônico e homogeneizante do espaço. Os índices econômicos, a tecnificação e a verticalização da produção, assim como a modernização do território não são a única face da paisagem goiana. É preciso considerar as contradições, as territorialidades camponesas e as diferentes práticas de (Re)Existências, para não

REALIZAÇÃO

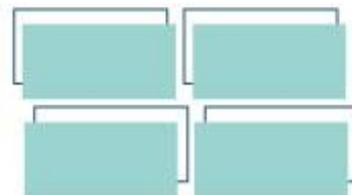
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



invisibilizar os conflitos decorrentes, sobretudo da atuação política dos trabalhadores e camponeses, construídas cotidianamente para sua reprodução social.

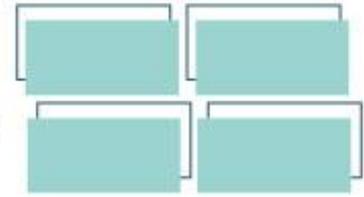
A territorialização do Agrohidronegócio nas áreas de Cerrado trouxe mudanças espaciais, propiciando uma nova dinâmica econômica, política, social e cultural que puderam/podem ser identificadas no campo e na cidade e na relação cidade-campo. Proporciona novos conteúdos, representados pela dinâmica territorial capitalista, motivada pela lógica da produção e da circulação de mercadorias, manifestando-se pelas agroindústrias, pela sujeição da renda da terra, pelos índices de urbanização e pela mobilidade do trabalho, ao mesmo tempo, provocou/provoca Resistências e (Re)Existências engendradas pelos Povos Cerradeiros.

Na pesquisa em desenvolvimento, entende-se a Microrregião do Meia Ponte por meio das territorialidades em disputa, uma vez que nos Territórios hegemônicos também se encontram as (Re)Existências camponesas, construídas na pluriatividade, nas políticas públicas, nas lutas coletivas, nas associações e cooperativas, nas práticas socioculturais e na educação no/do campo que se constitui como um dos elementos que garantem a reprodução social das famílias camponesas. No presente resumo, terão destaque a educação no/do campo na Microrregião.

Material e Métodos

A pesquisa está sendo desenvolvida em três etapas principais: pesquisa teórica; pesquisa documental; e pesquisa de campo - realizadas de maneira concomitante e em conformidade com o cronograma da pesquisa. Na pesquisa teórica, estão sendo contemplados estudos sobre território e territorialidades; modernização da agricultura; modernização do território; agronegócio; agrohidronegócio; relação capital x trabalho; (Re)Existência camponesa e diversas formas de organização política, educação no/do campo e dinâmica socioespacial da Microrregião do Meia Ponte. A pesquisa documental, realizada em arquivos públicos e nas publicações do Instituto Brasileiro

REALIZAÇÃO



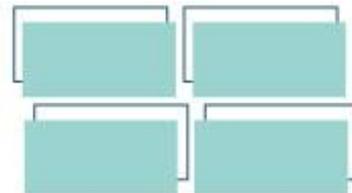
de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN/GO), da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas do Estado de Goiás (SEPIN/GO) e do Instituto Mauro Borges (IMB). O trabalho de campo tem sido realizado nos Municípios da Microrregião, com ênfase nas propriedades rurais, nas escolas e nas Secretarias Municipais de Educação. Estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante, registros fotográficos e registros no diário de campo. A análise dos dados coletados estão sendo realizadas de forma quantitativa e qualitativa.

Resultados e Discussão

Durante os anos 1990, a partir das mudanças socioespaciais no campo – promovidas, sobretudo, pela territorialização do Agrohidronegócio -, o fortalecimento das lutas sociais e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) iniciou-se um processo de reestruturação das escolas rurais, que culminou no fechamento da grande maioria das escolas isoladas e na criação das chamadas escolas polos, cujo objetivo era reunir o maior número de estudantes em escolas com infraestrutura também maiores. Para isso, houve a inserção do transporte escolar, que possibilitava o acesso a essas escolas e, na maioria dos casos, para as escolas urbanas. As escolas polos eram escolas localizadas no campo, mas tinham uma proposta pedagógica voltada para o ensino urbano. Por um lado, atendiam as reivindicações das comunidades rurais em relação à melhora na qualidade da educação oferecida às crianças e jovens do campo, que naquele contexto, quase sempre se restringia a infraestrutura.

Tal contexto histórico também está vinculado à forma como a educação rural e a educação no/do campo se construíram/constroem na Microrregião do Meia Ponte. O processo de fechamento das escolas rurais em Goiás, sobretudo, a partir dos anos 1990 e o transporte das crianças e jovens para as escolas urbanas, denunciam a

REALIZAÇÃO



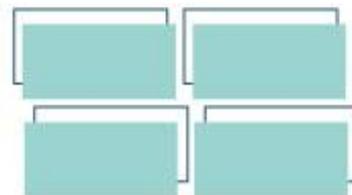
concepção de que a educação rural seria um processo em extinção e demonstram os efeitos excludentes da territorialização do Agrohidronegócio. Para Silva; Costa (2006) a educação rural está ancorada a uma visão tradicional do espaço rural no País e não faz as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorpora as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que preconizam a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação é um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora, além de partir do pressuposto de que os trabalhadores rurais e suas técnicas serem improdutivas e desnecessárias. Já a educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela permanência nela. O mais importante, é que esse paradigma reconhece a relevância da agricultura familiar e do campo brasileiro, pois “[...] concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro [...]” (JÚNIOR; NETTO, 2011, p. 51).

Considerações Finais

Para muitos intelectuais e agentes do Estado, a Educação Rural é uma demanda ultrapassada. Tal concepção está vinculada aos pressupostos de que o campo atualmente é apenas uma extensão do urbano e, principalmente, a visão de que o campo e sua educação são atrasados e precisam ser superados. Esse pensamento foi fortalecido com a territorialização do Agrohidronegócio nas áreas de Cerrado e na Microrregião do Meia Ponte, que significou mudanças na educação rural ao longo de sua história e atualmente, também influencia em sua dinâmica.

Nas escolas rurais da Microrregião do Meia Ponte identificam-se projetos e propostas pedagógicas muito mais próximas da educação desenvolvidas nas escolas urbanas o que as caracterizam como escolas que estão no campo, mas que não desempenham a educação do campo em si. Mesmo assim, cabe destacar que se constituem como elementos fortalecedores da reprodução social camponesa.

REALIZAÇÃO



Agradecimentos

Agradecimentos à Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Sudeste/Sede Morrinhos e ao Curso de Geografia pela viabilização da pesquisa em andamento.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: _____; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5ª.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. cap. 2. p. 65-86.

Caldart, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5ª.ed. Petrópolis- RJ: Vozes,2011. cap. 3. p.87-131.

COSTA E SILVA, Margot Riemann. Modernização da pecuária leiteira em Goiás concentra renda e não beneficia trabalhadores, Rev. **UFG: ensino pesquisa extensão cultura Brasil rural**, Goiânia, ano 7, n. 1, p. 50-53, jun. 2005.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel. A abordagem territorial do Cerrado: pontos para uma discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012.

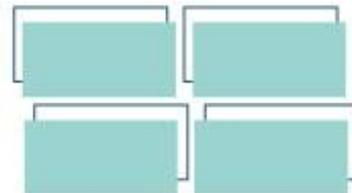
FERNANDES, Bernardo Mançano. Mesa Redonda: **O campo no Brasil: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012. Uberlândia (MG): UFU, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/piracanjuba/panorama>>. Acesso em: 28 set. 2019.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**, 2004. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente.

_____; MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. Anais...II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS – Salvador, 2007.

REALIZAÇÃO

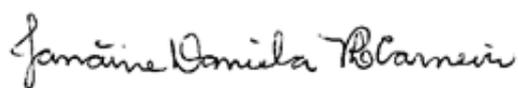


DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE

Eu, Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro, de CPF nº 98000012120, residente no endereço Av. Jerônimo Teixeira Q 6, L 6, declaro, para fins de submissão de trabalho para avaliação e publicação junto ao 7º Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Estadual de Goiás, que o Resumo “(Re)Existência camponesa na Microrregião do Meia Ponte: um olhar sobre as escolas no/do campo”, é original e de completa autoria dos pesquisadores relacionados como autores do estudo, tendo, todos eles equivalente participação no trabalho.

Declaro, também, na qualidade de autor do manuscrito “(Re)Existência camponesa na Microrregião do Meia Ponte: um olhar sobre as escolas no/do campo”, que participei da construção e formação deste estudo, e assumo a responsabilidade pública pelo conteúdo deste.

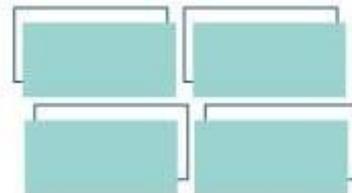
Corumbáiba, 05 de outubro de 2020.



Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro

responsável pela submissão

REALIZAÇÃO



POLÍTICAS INSTITUCIONAIS EM UNIVERSIDADE MULTICAMPI: o caso da formação inicial de licenciados na UEG

Nelson de Abreu Júnior (PQ)

nelsonabreu@ueg.br, Universidade Estadual de Goiás - Campus Central

Resumo: Este estudo se insere na temática do planejamento e da gestão universitária e analisa os processos de problematização, planejamento e implantação das políticas institucionais em universidade multicampi, tomando como recorte a política para formação inicial de professores no âmbito de uma dada universidade pública estadual, no caso a Universidade Estadual de Goiás (UEG, no período de 2014 a 2018). Adota o conceito de política institucional ao conjunto de ações e normativas envolvendo a comunidade acadêmica e a gestão, em torno de uma ou mais temáticas ligadas à missão da organização/instituição, integrando o ambiente institucional, crítica ou passivamente, às políticas públicas presentes no entorno da instituição. Analisa as políticas institucionais, triangulando com as políticas públicas engendradas no entorno da Universidade, notadamente naquelas expressas em leis, resoluções e, no terceiro vértice, os programas federais. A característica multicampi traz consigo um desafio a mais para implantação e gestão participativa das políticas públicas engendradas em seu entorno, seja no planejamento, execução ou avaliação/acompanhamento. Os resultados dessa investigação indicam a premente necessidade de que haja um “convencimento” da comunidade acerca da pertinência da política proposta como solução de um problema socialmente relevante e os valores ligados à educação.

Palavras-chave: Política Institucional. Universidade Multicampi. Formação de professores. Gestão acadêmica.

Introdução

O presente estudo se insere na temática do planejamento e da gestão universitária e analisa os processos de problematização, planejamento e implantação das políticas institucionais em universidade multicampi, mais particularmente a gestão acadêmica e a política para formação inicial de professores no âmbito de uma dada universidade pública estadual, no caso a Universidade Estadual de Goiás (UEG). O conceito de política institucional pode ser encontrado na literatura sendo utilizado para ações e princípios de governança a serem implementadas no âmbito dos órgãos de

REALIZAÇÃO

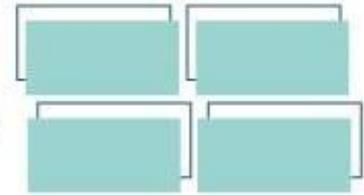
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



planejamento e execução de políticas, adotadas tanto por organismos estatais como organizações ligadas ao terceiro setor e/ou ainda nas grandes corporações.

Genericamente, as políticas institucionais tratam de estabelecer regras e declaração de parâmetros para aspectos institucionais tais como a sustentabilidade, gerenciamento de risco ambiental, política de inovação, asseguração de qualidade de produtos e serviços, entre outros aspectos.

Para fins do presente estudo, dado o campo de investigação tratar-se de uma universidade pública multicampi, o conceito de política institucional aqui adotado se refere ao conjunto de ações e normativas envolvendo a comunidade acadêmica e a gestão, em torno de uma ou mais temáticas ligadas à missão da organização/instituição, integrando o ambiente institucional, crítica ou passivamente, às políticas públicas presentes no entorno da instituição. Este estudo traz um levantamento das políticas públicas para formação inicial de professores estabelecidas pelos governos entre os anos de 2014 a 2018 no Brasil.

Material e Métodos

Para circunscrever as políticas institucionais implantadas na UEG, foi realizado um levantamento e descrição das políticas públicas para formação inicial de professores da Educação Básica engendradas no âmbito do MEC no período em questão, por meio do uso da Revisão Sistemática, aqui tratada como forma de pesquisa para responder a uma pergunta específica: quais foram as políticas para formação inicial estabelecidas no período de 2014 a 2018 no Brasil na esfera federal? Para cotejar os dados obtidos no âmbito federal com as políticas institucionais, foi realizada duas rodadas de entrevistas com os atores responsáveis pela implantação dessas políticas públicas na UEG por meio de entrevistas, bem análise documental dos relatórios dos programas e projetos ligados à formação inicial de licenciandos.

Foram candidatas os participantes diretamente envolvidos, no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Goiás, nas atividades de planejamento e coordenação na implementação dessas ações formativas. A

REALIZAÇÃO

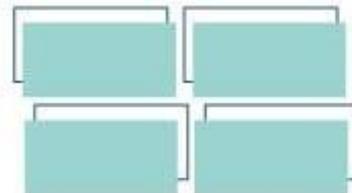
PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



estratégia consistiu de uma rodada de entrevista, onde cada informante responde separadamente a um pequeno conjunto de questões.

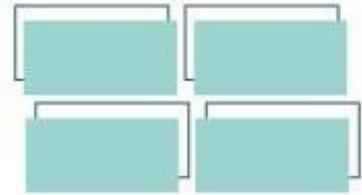
O que se pretendeu perscrutar neste estudo são os aspectos que envolvem a singularidade institucional de uma universidade multicampi e as implicações em seus processos acadêmicos e institucionais, destacando as formas de planejamento e seus desdobramentos na implementação de suas políticas, buscando apontamentos que possam iluminar formas de aperfeiçoamento institucional.

Entre os desafios específicos dos processos de gestão e desenvolvimento acadêmico, encontramos a gestão participativa dos campi na formulação e implantação das suas políticas institucionais, nos quais deve ser levado em conta o grau de autoridade decisória de uma instância colegiada no interior dos campi que compõem a universidade, não bastando analisar o grau de participação e não participação na universidade, mas sim analisar a qualidade da participação e em que nível decisório ela ocorre.

O recorte da gestão participativa entre esses processos se justifica pelo fato de se tratar da base de um processo de descentralização sustentável e sobre as suas consequências em uma instituição que busca a autonomia e a descentralização como princípios da democracia e da eficiência. Como o objeto desse estudo é analisar as políticas institucionais, faz-se mister triangular o conceito com as políticas públicas engendradas no entorno da Universidade, notadamente naquelas expressas em leis, resoluções e, no terceiro vértice, os programas federais.

Resultados e Discussão

A legislação que regula a formação de professores no Brasil é extensa e poder ser encontrada nas seguintes leis, decretos e resoluções: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB); Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o FUNDEB; Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera

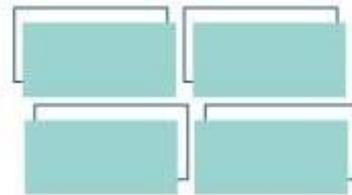


a LDB, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação; Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano nacional de Educação; Decreto n. 8752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica; as Resoluções CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior; CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior; CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; CNE/CP n. 1, de 11 de fevereiro de 2009, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível e para a formação continuada; e, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Para que uma política pública possa ser efetivada, espera-se o estabelecimento de programas e ações para que as instituições se movimentem no sentido de atender essas políticas. Segue-se uma coletânea das ações implantadas na UEG voltadas para a formação inicial de professores seguida da identificação e análise dos processos de implementação dessas políticas em uma das instituições públicas formadora desses professores em Goiás, para em seguida, analisar a questão da descentralização e participação dos campi. Políticas públicas para formação de professores analisadas.

Foram analisados programas nacionais em execução no período de 2014 a 2018, tais como o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), a Residência Pedagógica, a implantação dos conteúdos ligados a BNCC.

Ao analisar as entrevistas com a gestão central acerca da implementação do Pibid, temos a ressaltar a pertinência dos objetivos do Programa com as demandas identificadas e aceitas pela comunidade acadêmica, identificando-o como importante instrumento para a formação inicial de professores da Educação Básica em nível superior. O Programa recebeu adesão rápida e fácil das licenciaturas, ao ponto de, entre os anos de 2014 a 2018, dialogar com cerca de 5 mil escolas em



todo território brasileiro.

Aos campi foram enviados o convite para participarem do programa, contendo os parâmetros e critérios previstos no Edital. As coordenações colegiadas de curso discutiram internamente, elaboraram sua proposta local. Escolheram os seus coordenadores locais. A coordenação central, postada na PrG, a partir desses subprojetos, construiu o um projeto guarda-chuva e apresentou ao MEC.

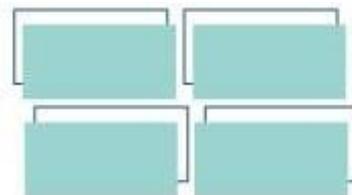
Cada um dos 61 subprojetos elaborados pelos colegiados de curso possuía também um coordenador de área, que orientava um grupo de alunos que desenvolviam ações no campus e nas escolas públicas de Educação Básica dos municípios em que o campus se localizava.

Para o desenvolvimento das ações nos campi os coordenadores de área se reuniam semanalmente ou a cada 15 dias. Nas reuniões foram orientados a estudarem textos e discutirem as experiências das atividades realizadas nas escolas.

Os alunos da graduação se organizavam em duplas e deviam permanecer 4 horas nas escolas e 4 na faculdade dedicadas ao Pibid.

O acompanhamento dessas ações era realizado pela equipe de gestão em visitas mensais ou semestrais em cada um dos campi que apresentaram subprojetos. Durante as visitas, eram realizadas reuniões com todos os coordenadores e alunos dos cursos de graduação, e quando possível, o supervisor da escola, para juntos debaterem as ações propostas e desenvolvidas com os alunos de graduação nos campi e nas escolas, bem como formas de aprimorar a execução do Programa. Há que se destacar que o efeito multiplicador do PIBD em uma universidade multicampi, que desdobrou o Programa por pelo menos 19 municípios no que diz respeito à rede de escola atingida.

O Relatório Final de 2017, traz uma análise bastante positiva ao considerar que houve em todas as atividades propostas disposição para o aprendizado de novas abordagens, interesse de alguns bolsistas em pesquisar e elaborar textos reflexivos sobre a experiência vivenciada e maior interesse pela profissão de professor, dentre outros desdobramentos relacionados à formação do futuro docente.

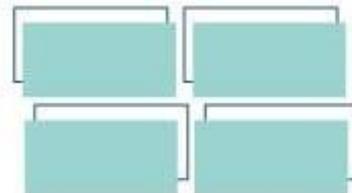


Já no ano de 2018, por determinação do governo federal no Pibid, a fórmula para definir quais os projetos seriam contemplados com bolsas passou a incluir a exigência de um grande número de coordenadores de área e de alunos da graduação na condição de voluntários. A resposta dos coordenadores de área foi clara: por meio de enquete, declaram maciçamente o desinteresse em continuar a participar do Programa na condição de voluntários.

O nível central da UEG definiu compensar os recursos obliterados pelo nível federal, oferecendo bolsas com recursos do orçamento da UEG, garantindo assim a continuidade do Pibid na instituição. Ao final de 2018, mudanças decorrentes de um contingenciamento de gastos imposto pelo governo estadual, atingiram gravemente os subprojetos e as formas de acompanhamento pelo nível central, quando foram suspensas as despesas com transporte e diárias de deslocamento dos servidores bem como outras despesas de custeio e com o pagamento das bolsas. O acompanhamento do Programa pelo nível central passou a ser por e-mails, telefonemas e videoconferência. Os prejuízos pedagógicos decorrentes das trocas entre os atores foram evidentes.

O Pibid no âmbito da UEG é uma experiência que demonstra a possibilidade de uma ação eficiente e coordenada de gestão participativa em universidade multicampi, com intensa participação da comunidade. Como condição irrenunciável, parece ter sido evidenciada a necessidade de uma mentalidade de gestão participativa desde o desenho do Programa no MEC, perpassando a coordenação geral do Pibid na esfera da UEG e dos colegiados de curso de graduação. Política análoga ao Pibid, também ligada à melhoria na formação de professores é a Residência Pedagógica (RP), que encontrou bem mais resistências na comunidade universitária que o Pibid.

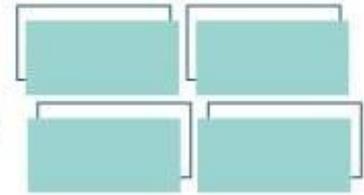
A RP estabelecia que as atividades estariam vinculadas à Base Nacional Comum Curricular, uma Resolução do Conselho Nacional de Educação eivada de controvérsias entre governo federal e a comunidade acadêmica, bem como as associações representativas de docentes. A alegação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE, 2017) ilustra bem a resistência



das associações representativas docentes: Consideramos esta Base Nacional Comum Curricular uma proposição curricular anacrônica e ultrapassada que recupera a concepção de competências e habilidades, que aponta para a implantação de processos de centralização, padronização e controle incompatíveis a formação integral de estudantes e professores, desrespeitando a rica diversidade cultural e autonomia das escolas brasileiras.

A BNCC é inaceitável do ponto de vista curricular, pedagógico e educacional, pois intensifica processos de precarização do ensino nas escolas públicas prejudicando principalmente os estudantes oriundos das camadas populares. (ANFOPE, 2017, p. 1). Como consequência dessa resistência da comunidade protagonizada pelas associações, a RP atendeu 113 bolsistas, porém em apenas 5 campi da UEG dos 19 possíveis de desenvolvimento da ação (UEG, 2019). Além do Pibid e da RP, outra importante ação de fomento à melhoria das licenciaturas no Brasil foi a implementação em 2006, do programa federal Prodocência, que buscava fomentar a inovação, a criatividade e o desenho de currículos e projetos pedagógicos. O Programa busca contribuir para a elevação da qualidade da educação superior, formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino no país, propiciar formação acadêmica, científica e técnica dos docentes e apoiar a implementação das novas diretrizes curriculares da formação de professores da Educação Básica.

Na UEG, o projeto realizou cinco encontros regionais com as coordenações dos cursos de licenciaturas e, ao final, indicou a criação de um Fórum Geral das Licenciaturas, que com o auxílio de pesquisadores especializados em formação docente, discutiram a conjuntura das licenciaturas da UEG. Os Fóruns regionais eram uma espécie de solução para o problema das distâncias entre os 19 campi que oferecem licenciaturas e o deslocamento de um grande número de participantes uma vez que os encontros eram voltados para docentes, coordenadores de curso, coordenadores pedagógicos, diretores de câmpus, coordenadores do Pibid, coordenadores de estágio de licenciaturas e professores da Educação Básica, o que nos permite aquilatar o número de pessoas envolvidas nessas discussões.



Considerações Finais

A Universidade Estadual de Goiás, institucionalmente, guarda semelhanças com a maioria das universidades estaduais brasileiras: é multicampi; foi criada por agregação das faculdades isoladas; possui personalidade jurídica autárquica especial; cumpre o papel de interiorização da matrícula na educação superior pública; e, apresenta as instâncias universitárias colegiadas tradicionais, nas quais os diversos campi possuem representações equitativas nos conselhos superiores da instituição.

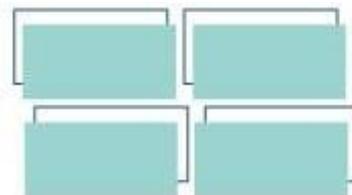
A característica multicampi traz consigo um desafio a mais para implantação e gestão participativa das políticas públicas engendradas em seu entorno, seja no planejamento, execução ou avaliação/acompanhamento.

Os resultados dessa investigação indicam a premente necessidade de que haja um “convencimento” da comunidade acerca da pertinência da política proposta como solução de um problema socialmente relevante e os valores ligados à educação.

Note que tanto o Pibid quanto a RP receberam recursos financeiros. No Pibid, um programa de natureza participativa desde a sua construção, o número de campi que aderiram (19) foi quase quatro vezes maior que o número de 5 campi que aderiram à RP, cuja crítica da comunidade ainda ecoa.

Outra consideração decorrente do conteúdo das entrevistas, é a de que para que a descentralização ocorra, é primordial a presença de um comitê qualificado de professores, perene na sua condição docente e que as condições materiais de coordenação (diárias para viagem de visita local, carros e motoristas, ferramentas de comunicação etc.) sejam asseguradas à esse comitê, pois além da realização do acompanhamento humano e financeiro, possa exercer as atividades pedagógicas colaborativas e participativas entre campi, consolidando a qualidade técnica e social da formação de professores no interior de cada campus.

A educação brasileira se vê diante de rupturas e imprevisibilidade no que tangeas suas grandes questões, entre elas a formação inicial de professores para a



educação básica, o que atingiu duramente as políticas institucionais das universidades brasileiras. Acerca da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, não foi observada qualquer movimentação acadêmica no âmbito da UEG, nem de discussão das ideias centrais da proposta, tampouco dos reflexos que uma mudança dessa magnitude pudesse afetar a instituição, devendo mesmo restar agir replicando passivamente, a Resolução da Base para professores caso seja aprovada.

Por último, até o encerramento do calendário dessa pesquisa, não obtivemos respostas acerca do Programa Prodocência pelo setor responsável, em função do qual buscamos apenas os relatórios institucionais disponíveis, todavia esse Programa parece ser uma boa demonstração de que as políticas institucionais, senão “reenergizadas”, tendem ao esvanecimento. Uma série de reuniões regionais foi realizada, pessoas foram deslocadas com grande esforço para centros geográficos de encontros e as reuniões indicavam a necessidade de novos encontros, até que os recursos financeiros foram sobrestados até que os recursos estivessem novamente disponíveis e os esforços empreendidos, até o momento, não redundaram em mudanças curriculares importantes, tal qual era o objetivo daquela ação.

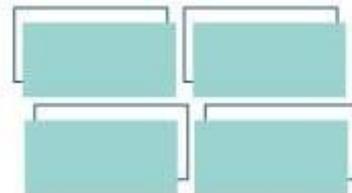
Referências

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Posição da ANFOPE sobre a BNCC. Repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC e a sua implementação. 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/09/nota-anfope-repudia-abncc.pdf> . Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, n. 124, p. 8-12.



VII Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



_____. CAPES. Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA, 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacaobasica/prodocencia>. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. CAPES. Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010, que institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capesPibid>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. CAPES. Programa de Residência Pedagógica. Portaria 38. Gabinete da Presidência da CAPES de 28 de fevereiro de 2018, que institui o Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: https://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/28022018-Portaria_n_38-Institui_RP.pdf. Acessado em: junho de 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação, 2018. Anápolis, 2019.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás